

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

ANA CAROLINA TERRERI

REFLEXOS DO PENSAMENTO NEOLIBERAL NA ORGANIZAÇÃO E
NA REGULAMENTAÇÃO DO TRABALHO

CURITIBA
2007

ANA CAROLINA TERRERI

REFLEXOS DO PENSAMENTO NEOLIBERAL NA ORGANIZAÇÃO E
NA REGULAMENTAÇÃO DO TRABALHO

CURITIBA
2007

ANA CAROLINA TERRERI

**REFLEXOS DO PENSAMENTO NEOLIBERAL NA ORGANIZAÇÃO E
NA REGULAMENTAÇÃO DO TRABALHO**

Monografia apresentada como requisito parcial
à obtenção do grau de Bacharel em Direito,
Setor de Ciências Jurídicas, Universidade
Federal do Paraná.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Aldacy Rachid Coutinho

**CURITIBA
2007**

TERMO DE APROVAÇÃO

ANA CAROLINA TERRERI

REFLEXOS DO PENSAMENTO NEOLIBERAL NA ORGANIZAÇÃO E NA REGULAMENTAÇÃO DO TRABALHO

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Direito, no Curso de Direito, Setor de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

(ORIENTADORA) Prof.^a Dr.^a Aldacy Rachid Coutinho

..

Prof.^o Dr Célio Horst Waldruff

Prof.^o Dr Wilson Ramos Filho

Curitiba – PR, _____ de _____ de 2007

..

.

*À Lucila, porque tudo o que somos
devemos a você.*

*Ao Markito e ao Junior, porque mais do
que irmãos, vocês sempre foram grandes
amigos.*

*Ao Thiago, porque é ao seu lado onde pra
sempre quero estar.*

À Maria, Leza e Ana, nossa família.

*E, por fim, aos verdadeiros amigos, pelo
incentivo.*

•

..

.

Meus sinceros agradecimentos à professora Aldacy Rachid Coutinho, a quem devo o meu amor pelo Direito do Trabalho. Pelo seu apoio, paciência e dedicação, o meu muito obrigada.

•

--

.

“Sem sombra de dúvida, a vontade do capitalista consiste em encher os bolsos, o mais que possa. E o que temos a fazer não é divagar acerca da sua vontade, mas investigar o seu poder, os limites desse poder e o caráter desses limites” (Karl Marx).

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
Capítulo I - Discursos de Poder preliminares e orientadores da suposta necessidade de mudanças na legislação trabalhista.....	4
1 – Considerações iniciais.....	4
1.1 – O mito da doação das leis trabalhistas.....	5
1.2 – O Mito do Direito do Trabalho meramente protetivo.....	8
1.2.1 – Histórico sobre a formação do Direito do Trabalho.....	9
1.2.2 – A Ambigüidade da Disciplina Juslaboral.....	13
Capítulo II – O neoliberalismo como pensamento determinante para a nova organização e regulamentação do trabalho.....	17
2 – Considerações preliminares.....	17
2.1 – Pressupostos da Globalização.....	19
2.1.1 – A generalização do Sistema Capitalista.....	19
2.1.2 – Nova Revolução Tecnológica.....	20
2.1.3 – Hegemonia financeiro-especulativa.....	21
2.2 – Requisitos para o fenômeno da Globalização.....	22
2.2.1 – Pensamento Econômico Hegemônico.....	22
2.2.2 – Hegemonia Política Ultraliberal com ausência de contraponto eficaz.....	25
2.2.3 – Internalização Dependente do Ultraliberalismo.....	27
Capítulo III – Reflexos do pensamento neoliberal na estrutura e na regulamentação do trabalho.....	28
3 – Considerações preliminares.....	28
3.1 – A Terceira Revolução Tecnológica.....	29
3.2 – Reestruturação Empresarial.....	36
3.3 – Reflexos do pensamento neoliberal na regulamentação do emprego e do trabalho.....	42
CONCLUSÃO.....	49
REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS.....	52

RESUMO

O presente estudo tem por objetivo analisar a influência do pensamento neoliberal no âmbito da organização empresarial, assim como na forma da entrega da força de trabalho. Em decorrência, também verifica a maneira como o Direito Laboral recepciona tais modificações, principalmente, com o intuito de observar se elas se dão em consonância com as bases em que historicamente se construiu essa disciplina jurídica. A fim de se compreender o papel desempenhado pelo neoliberalismo na atualidade, o capítulo preliminar tratou dos discursos de poder no direito do trabalho. Em um segundo momento, estudou-se a globalização, seus pressupostos e requisitos, bem como a conformação assumida por esse fenômeno em decorrência do pensamento econômico neoliberal. O último capítulo, por fim, adentrou no tema abordado pela monografia. Para a realização desse estudo, baseou-se na doutrina, jurisprudência e pesquisa de campo.

--

.

INTRODUÇÃO

O direito do trabalho, desde a sua criação, sempre esteve atrelado aos discursos econômicos que buscam, ao fim e ao cabo, dar ao ramo jurídico a conformação necessária para a manutenção do modo de produção capitalista. Essa noção, obviamente, está oculta entre as funções dadas à disciplina e é do interesse de muitos operadores jurídicos que assim o seja. Assim, se é verdade que o surgimento e o desenvolvimento do direito laboral esteve atrelado à necessidade de se proteger a parte hipossuficiente do contrato, é também possível se verificar, ao longo da história, que ele sempre foi um dos meios utilizados para dar respostas às crises enfrentadas pelo sistema de produção vigente.

Nesse mesmo sentido, o discurso que permeia o atual momento vivenciado pelo direito laboral também é embasado por considerações acerca da necessidade de que ele seja modernizado, a fim de que regule com eficácia as novas relações de trabalho e emprego que surgiram pela interferência direta do desenvolvimento tecnológico e da ocorrência da globalização. O fenômeno é verificado na quase totalidade dos países do globo, mas o estudo tratará, prioritariamente, das peculiaridades brasileiras. Assim, haveria uma nova dinâmica do trabalho – e do emprego – a qual teria sido imposta por uma série de fatores – como, por exemplo, a revolução tecnológica, o rearranjo empresarial, etc. - de modo que o grande desafio da atualidade diz com procurar meios para que as empresas reduzam seus custos e possam se tornar competitivas frente ao mercado global.

Nesse sentido, a necessidade de transformações também teria alcançado o Direito – e, em especial, o Direito do Trabalho – o qual necessitaria se modernizar com fins de efetivamente atender às necessidades deste dinâmico processo econômico atual. Para isso, seria preciso implementar os fenômenos da flexibilização e desregulamentação das normas trabalhistas, os quais objetivariam reduzir o âmbito de intervenção estatal na regulamentação do trabalho e do emprego, com fins de dar às partes a autonomia necessária para estipular as melhores condições de formação e desenvolvimento do contrato. Isso seria necessário na medida em que um mercado dinâmico não se coadunaria com regras

estáticas, inflexíveis, inaptas a se conformarem às alterações corriqueiras e abruptas do mundo global competitivo.

Tendo em vista o histórico de ideologias políticas e econômicas que influenciaram o Direito do Trabalho desde a sua criação, não seria difícil pensar que por detrás desta conformação atual do mercado haveria também uma teoria preocupada, a princípio, em superar um determinado momento de crise vivenciado pelo capitalismo e, de outro, em buscar mecanismos para que esse modo de produção alcance o máximo de produtividade e lucratividade. A referida teoria, aqui também chamada de ideologia ou discurso de poder, trata-se do fenômeno do neoliberalismo.

O presente estudo tem por objetivo demonstrar a influência do pensamento neoliberal sobre o modo organização empresarial e sobre o Direito do Trabalho na atualidade. Buscar-se-á questionar a veracidade das alegações que pregam a ineficácia da atual conformação do ramo juslaboral para atender às necessidades do mercado de trabalho e do emprego, bem verificar a quais interesses respondem a implementação dos fenômenos da flexibilização e desregulamentação das normas trabalhistas.

Para isso, o primeiro capítulo buscará evidenciar a existência da ambivalência desta disciplina por meio da análise histórica de seu surgimento. Nele, pretende-se demonstrar que a criação do Direito do Trabalho se deu em um momento de crise do modo de produção capitalista e, nesse sentido, também atendeu a interesses do Estado e do capital. Paralelamente, buscar-se-á desmistificar outra inverdade que se propaga até os dias atuais: de que o Direito laboral é meramente protetivo, atendendo exclusivamente aos interesses dos trabalhadores. Dessa forma, a partir da constatação da existência de alguns dos mitos que permeiam a disciplina, tornar-se-á mais fácil compreender o discurso atual que apregoa a necessidade de mudanças no ramo em exame.

Compreendida a existência de discursos de poder existentes no Direito do Trabalho, o segundo capítulo terá em vista estudar o fenômeno da globalização, seus requisitos e pressupostos, bem como a teoria econômica do neoliberalismo. Como se verá, ambos os fenômenos estão intrinsecamente relacionados, de modo

que um viabiliza e justifica a existência do outro. Buscar-se-á, ainda, demonstrar que as modificações ocorridas a partir do último quartel do século XX nos chamados *países em desenvolvimento* correspondem a uma verdadeira cartilha ditada pelo pensamento neoliberal.

O terceiro capítulo tem em vista explicitar como a chamada *Terceira Revolução Tecnológica* demonstrou-se um importante meio viabilizador da implementação da ideologia neoliberal, bem como as transformações ocorridas na relação de trabalho e emprego diante dessas novas tecnologias. No mesmo sentido, estudar-se-á a organização empresarial do toyotismo, a qual corresponde à teoria administrativa criada para que as empresas lograssem se tornar competitivas frente ao mercado global. Por fim, tratar-se-á dos impactos do pensamento neoliberal sobre o Direito, sobretudo no que diz respeito aos fenômenos da flexibilização e desregulamentação das normas trabalhistas, procedendo-se a uma análise da verdadeira necessidade de implementação das mudanças almejadas.

Capítulo I - Discursos de Poder preliminares e orientadores da suposta necessidade de mudanças na legislação trabalhista

1 – Considerações iniciais

É certo que o atual momento vivido pelo Direito do Trabalho no Brasil e no mundo é analisado sob a ótica, precipuamente, dos movimentos da flexibilização e desregulamentação trabalhista. A compreensão destes fenômenos mostra-se de grande interesse para a análise da atual conjuntura da disciplina juslaboral, bem como das críticas que lhe são dirigidas, na medida em que permite perceber se as alterações legislativas propostas – ou, até mesmo, já realizadas - correspondem a mudanças efetivamente necessárias - pela evolução natural da disciplina -, ou se, ao contrário, buscam atender a interesses diversos.

Como se verá no capítulo terceiro, a maioria dos argumentos a favor de ambos os movimentos são utilizados com o exclusivo intuito de reduzir direitos trabalhistas, a fim de potencializar os lucros do empresariado¹. Para isso, são utilizadas ideologias², aqui também chamadas de discursos de poder, as quais são disseminadas desde o surgimento do Direito do Trabalho. Com elas, pretende-se esconder uma das funções do ramo jurídico, a qual diz respeito ao papel que exerce para contribuir com a reprodução e a continuidade do sistema capitalista de produção.

As aludidas ideologias correspondem a pensamentos econômicos hegemônicos em determinados períodos da história, os quais orientam a configuração do Estado de acordo com as necessidades – econômicas - vivenciadas em certo período. Ocorre que as teses defendidas por estes pensamentos

¹É certo que este não é um argumento assumido expressamente pelos defensores da necessidade de flexibilização e desregulamentação das normas trabalhistas.

²Ideologia. *Filos*: Pensamento teórico que pretendendo desenvolver-se sobre seus próprios princípios abstratos, é, na realidade, a expressão de fatos, sobretudo sociais e econômicos, não levados em conta ou não expressamente reconhecidos como determinantes daquele pensamento. **Novo dicionário Aurélio básico da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995. p. 349.

escondem essa função exercida pelo Direito do Trabalho, dando-se a falsa idéia de que é um ramo existente apenas para defender os trabalhadores.

O presente capítulo tem em vista analisar e criticar, em um primeiro momento, o discurso do trabalhismo divulgado a partir da década de 30 no Brasil, quando a legislação laboral assumiu maior significação. Após, realizará um exame acerca do contexto histórico do surgimento do Direito do Trabalho nos países ocidentais, com vistas a demonstrar que o discurso que defende ser a disciplina em exame meramente protetiva omite a realidade de crise enfrentada pelo modo capitalista de produção durante a segunda metade do século XIX e, a partir dela, a necessidade de se criarem soluções para impedir a sua ruína.

Observa-se que esses discursos de poder não foram superados na atualidade, mas, ao contrário, adaptados ao pensamento econômico atual, o qual preconiza a necessidade de flexibilização e desregulamentação das normas trabalhistas. A partir desta constatação, demonstra-se a necessidade da inclusão deste capítulo preliminar no presente estudo.

1.1 – O mito da doação das leis trabalhistas

O trabalhismo corresponde a um fenômeno surgido no Brasil na década de 30 e que possui extrema ligação com o contexto particular de formação da legislação trabalhista nacional. Ele representa um período em que o Estado, na figura de Getúlio Vargas, teria supostamente se antecipado aos anseios do movimento operário, de modo a lhe presentear com uma legislação que garantisse maior proteção frente ao capital.

Há dois argumentos principais utilizados pelo discurso do trabalhismo: a ausência de movimentos reivindicatórios à época da promulgação da Consolidação das Leis do Trabalho; e ausência de participação dos trabalhadores no curso da história que culmina na promulgação desta legislação trabalhista propriamente. Desse modo, simula-se que as leis seriam fruto da “bonança” do Estado que as teria

“doado” aos trabalhadores, omitindo-se, com isso, todo o processo histórico em que essa classe tanto lutou para a conquista de seus direitos.

O ideário trabalhista propugna a idéia de que o Estado teria sido o único responsável por uma série de providências para regular o mercado de trabalho, harmonizando os interesses do patronato e dos operários, sem que, para isso, houvesse qualquer movimento reivindicatório por parte dos trabalhadores. Além disso, ele simula um contexto de paz social e equilíbrio econômico vivenciado no país à época da promulgação dessas leis.

Outrossim, deixa-se transparecer a idéia de total ausência de participação do movimento operário na elaboração da legislação, suprimindo o papel ativo da classe trabalhadora, a qual, durante décadas, uniu-se para este fim. Em suma, esse discurso, ao omitir a ação política dos trabalhadores antes da liderança de Vargas, busca, inclusive, apropriar-se dela.

É preciso ressaltar a existência de doutrinadores que, excepcionalmente considerando a existência de lutas operárias à época, deixam claro que elas eram tão enfraquecidas e inexpressivas que poderiam ser vistas como inexistentes³. Além disso, salientam que as reivindicações eram atribuídas apenas aos imigrantes⁴, de modo que o trabalhador nacional era considerado de índole pacífica.

Refutar o discurso do trabalhismo torna-se tarefa fácil quando se recorre à historiografia, consoante demonstrou MORAIS FILHO, destacando que desde 1890, quando foram realizadas candidaturas para as eleições constituintes, já se

³PARANHOS, Adalberto. **O roubo da fala: as origens da ideologia do trabalhismo no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 1999. p 149.

⁴O trabalho livre prestado por imigrantes tem origem desde o período da escravidão. A partir de 1820, observou-se um estímulo a essa forma de prestação de serviços, tendo em vista a criação de um sistema específico de contrato de trabalho celebrado com colonos estrangeiros que vinham ao país para laborar, principalmente, nas fazendas das províncias do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Minas Gerais e São Paulo. Contribuiu para a vinda dos imigrantes europeus, a criação de empresas agenciadoras como a Vergueiro & Cia – surgida em São Paulo, em 1947 -, o que deu significativa representatividade aos estrangeiros no contexto do trabalho nacional. Observa-se, efetivamente, que esses trabalhadores tiveram importante atuação para o contexto de melhorias das condições de trabalho no país, por atuarem contra as condições desfavoráveis de elaboração e de execução dos contratos celebrados com fazendeiros, mediante revoltas. Posteriormente, os imigrantes contribuíram, espelhados no contexto de decadência do modelo liberalista ocorrido na Europa, para a formação dos movimentos operários nacionais, sendo protagonistas da conquistas de direitos garantidores de melhores condições de trabalho. SCHMITZ, Fernanda Maria F. **O Direito do Trabalho em Construção**. 2003. Tese (mestrado) – UFPR, Curitiba. p. 23-25.

observava a formação de organizações partidárias de trabalhadores, justamente com o propósito de participar ativamente da elaboração das leis sociais do país:

Costuma-se destacar o ano da Revolução de 30 como o marco divisório na história legislativa brasileira, como um prius e um posterius, quanto à matéria do trabalho. Comete-se, no entanto, flagrante injustiça e grave engano contra os anos da chamada Primeira República, como se todo aquele período houvesse passado em brancas nuvens, à espera de um legislador providencial, que, por um milagroso fiat lux, houvesse tirado do nada todo um corpo de leis, perfeito e acabado, surpreendente, nunca reclamado, pretendido nem ensaiado por ninguém. O contrário foi exatamente o que se deu⁵.

É nesse sentido que o trabalhismo procurou apropriar-se dessa participação ativa dos trabalhadores⁶, bem como de todo o aparato legislativo formulado anteriormente ao período, simulando, assim, a falsa noção de que as leis promulgadas na era Vargas seriam fruto da criatividade e da bondade do Estado.

Torna-se fácil, ainda, comprovar que o contexto social no início do governo Vargas não era de paz, recorrendo-se, para isso, às greves ocorridas em São Paulo (1932), Rio de Janeiro (1935) e outras cidades do país⁷. Ainda, como observou PRISCILA CAMPANA, não haveria razões para o Estado criar órgãos institucionalizados de caráter repressivo, como, por exemplo, a Delegacia de Ordem Política e Social - especializada no combate ao movimento sindical independente, ao partido comunista e à esquerda em geral⁸ - caso não houvesse grupos opositores – inclusive trabalhistas - da política oficial.

Entre os objetivos de se buscar suprimir da consciência da classe operária a sua participação ativa na formação das leis trabalhistas, estava a tentativa

⁵MORAES FILHO, Evaristo de. *A filosofia social da legislação do trabalho brasileira*. In: Revista do Direito do Trabalho n. 64. p. 3. nov/ dez. 86.

⁶Moraes Filho afirma que “já em 1980, por solicitação dessas organizações operárias modificara o Chefe do Governo Provisório dois artigos do recém-promulgado Código Penal, passando a punir somente a greve violenta”. O mesmo autor ainda destaca uma série de leis promulgadas desde a República, como a lei que fixava a idade mínima de 12 anos para o trabalho do menor, a lei sobre a sindicalização rural (1903), da sindicalização geral (1907), lei de acidentes de trabalho (1919), dentre muitas outras. MORAES FILHO, Evaristo de. *A filosofia social da legislação do trabalho brasileira*. In: Revista do Direito do Trabalho nº 64, Página. 3. Novembro/ Dezembro 1986

⁷CAMPANA, Priscila. *Direito Trabalhista a contrapelo: desconstruindo discursos e práticas de poder*. 2004. Tese (doutorado) – UFPR, Curitiba. p.24.

⁸CAMPANA, Priscila. *Direito Trabalhista a contrapelo: desconstruindo discursos e práticas de poder*. 2004. Tese (doutorado) – UFPR, Curitiba. p. 26.

de apaziguar os seus anseios. Nesse sentido, o discurso do trabalhismo buscou “esconder” dos trabalhadores tudo o que fizeram anteriormente, a fim de que não se “recordassem” da força que possuíam unidos. Ele representou, então, uma tentativa de “apaziguar os ânimos” da classe operária e conter um eventual “caos social” que ela poderia ocasionar. Ainda, o que se esperava com esta ideologia era deixar transparecer que os trabalhadores não tinham capacidade de perceber o papel e a importância que desempenhavam para o desenvolvimento do país, dando-se a falsa impressão de que não passavam de “alienados”, na medida em que em nada contribuíram para a promulgação das referidas leis.

Por outro lado, o trabalhismo também buscou transparecer a idéia de que o Estado era bom e de que tudo fazia em prol do interesse dos trabalhadores. Com isso, escondia-se que, muitas vezes, o que se estava a defender eram interesses do próprio Estado e também do empresariado, como se verá a seguir.

A próxima seção dedicar-se-á a análise de outro discurso de poder, recepcionado pelo direito brasileiro, o qual está bastante atrelado ao movimento do trabalhismo: o discurso de que as leis trabalhistas possuem natureza exclusivamente protetiva.

1.2 – O Mito do Direito do Trabalho meramente protetivo

Para a adequada compreensão deste discurso de poder, faz-se necessária uma breve análise acerca do contexto histórico de surgimento do Direito do Trabalho nos diversos países, sobretudo, do Ocidente. A partir dela, evidencia-se o fato de a legislação trabalhista ter surgido não apenas para suprir a hipossuficiência da classe operária frente aos empregadores, mas também para solucionar a crise enfrentada pelo modo de produção capitalista quando da passagem do modelo econômico do liberalismo para o modelo do Estado de Bem-Estar Social. Poder-se-á, ainda, constatar que esta “função” exercida pelo ramo jurídico em exame mantém-se até os dias atuais.

1.2.1 – Histórico sobre a formação do Direito do Trabalho

O Direito do Trabalho é fruto da Modernidade, momento em que os resquícios da cultura medieval são superados, de forma a ser possível o surgimento do modo de produção capitalista e de seu principal instrumento realizador: o trabalho livre, produtivo, subordinado e não eventual.

A criação do ramo juslaboral está diretamente vinculada à crise do liberalismo. Este modelo político e econômico consagrou-se, possivelmente, por três marcos históricos⁹ fundamentais para o desenvolvimento dos princípios que o regeram.

Em primeiro lugar, a Reforma Protestante (1517), impulsionada por Martinho Lutero, a partir da qual se possibilitou uma nova consciência cristã acerca do trabalho, já que ele seria uma forma de o indivíduo servir a Deus. A vocação para uma profissão passou a ser vista como um dom divino e, por essa razão, uma obrigação do homem, não podendo ser trocada pelo ócio.

Outro marco importante se deu com o Iluminismo, o qual procurou reconhecer e explicar o mundo não mais pelo viés teológico, mas pela Razão, o que permitiu que os seres humanos não se conformassem com suas condições de vida, mas, ao contrário, fossem libertos dos dogmas cristãos que impediam a busca pela emancipação.

O terceiro marco é representado pela Revolução Francesa (1789), a qual “teve o importante papel histórico de inscrever o discurso da Ilustração nos aspectos político e social”¹⁰. Entre seus ideais, estava a não intervenção do Estado na vida econômica e social, assegurando a liberdade civil, política e os direitos naturais¹¹.

É de se ressaltar, ainda, o papel exercido pela Igreja Católica, a qual, após a edição da encíclica *Rerum Novarum*, em 1891, assumiu o papel de defensora da valorização do homem e da atividade laborativa.

⁹DORNELES, Leandro do Amaral D. de. **A transformação do Direito do Trabalho: da lógica da Preservação à Lógica da Flexibilidade**. São Paulo: LTr, 2002. p. 18-20.

¹⁰ DORNELES, Leandro do Amaral D. de. **A transformação do Direito do Trabalho: da Lógica da Preservação à Lógica da Flexibilidade** São Paulo: LTr, 2002. p.19.

¹¹ CAMPANA, Priscila. **Direito Trabalhista a contrapelo: desconstruindo discursos e práticas de poder**. 2004. Tese (doutorado) – UFPR, Curitiba. p.72.

O ideário liberal desconsiderava a necessidade de qualquer política intervencionista estatal para a proteção da economia, já que o mercado se auto-regularia. O desemprego não era motivo de preocupação, visto que havia a crença de que os trabalhadores nessa situação entrariam em concorrência entre si, o que ocasionaria a redução dos salários e por isso, a motivação para os empregadores voltarem a contratar¹².

O liberalismo situa-se no contexto histórico do surgimento do capitalismo, momento em que a aristocracia estava em decadência e consolidava-se a classe social burguesa. Muito embora anteriormente à Revolução Industrial ocorrida no século XVIII¹³, já se pudesse identificar a existência de trabalho subordinado, observa-se que foi a partir deste período que os trabalhadores perderam completamente o controle da matéria-prima e dos instrumentos de trabalho, tornando-se inteiramente dependentes dos salários que percebiam para a sua sobrevivência. Os operários fabris deram origem, então, à figura do proletário, o qual vendia sua força de trabalho em troca de recursos financeiros.

De acordo com PRISCILA CAMPANA:

(...) o liberalismo garantia a liberdade individual, a democracia representativa, com separação dos poderes, o direito à propriedade e à concorrência no mercado. A liberdade civil do indivíduo foi marcada nas codificações que foram surgindo (Código Prussiano, francês e austríaco), sendo muito expressiva a sua influência sobre a regulação inicial do contrato de trabalho.¹⁴

O contrato de trabalho neste período, influenciado pela lógica racional burguesa, era caracterizado por uma liberdade e igualdade meramente formais entre

¹² SILVA, Reinaldo Pereira e. **Neoliberalismo e Flexibilização**. I texto apresentado no III encontro de Direito Alternativo do Trabalho I Florianópolis, 01 a 04 de maio de 1997.

¹³ De acordo com Fernanda Maria F. SCHMITZ, são fatores que contribuíram para a ocorrência da Revolução Industrial “a invenção da máquina a vapor, substituindo a força humana. O sistema de produção em grande escala, nascido na invenção da máquina a vapor, impossibilitou a continuidade das velhas estruturas até aquela data aplicável ao servilismo no mundo e, no Brasil, à escravidão. Surge a era industrial, economicamente capitalista, e com ela a Revolução Industrial, pois as máquinas também ajudavam na produção de alimentos. Essa quantidade de bens deveria ter um escoamento, o que proporcionou uma revolução na área dos transportes. A população aumenta e se concentra região urbana (...). Eram forças abrindo um novo mundo.” SCHMITZ, Fernanda Maria F. **O Direito do Trabalho em Construção**. Tese (mestrado) – UFPR, Curitiba. p. 26-27.

¹⁴ CAMPANA, Priscila. **Direito Trabalhista a contrapelo**: desconstruindo discursos e práticas de poder. 2004. Tese (doutorado) – UFPR, Curitiba. p. 73.

as partes. Na prática, todavia, o empregador colocava-se em posição de supremacia frente ao proletariado, ditando integralmente as condições de entrega da força de trabalho. Assim, desprovidos de qualquer controle ou fiscalização por parte do Estado, os trabalhadores – crianças a adultos, independentemente do sexo – eram submetidos a jornadas diárias que variavam entre 14 e 16 horas¹⁵, em ambientes insalubres, percebendo salários extremamente baixos.

Além disso, invenções como a máquina de fiar, máquina a vapor, motores de explosão e as descobertas da energia elétrica e de combustíveis a partir do petróleo transformaram a organização social do trabalho. Na medida em que a máquina substituiu o homem em diversas atividades, o desemprego se acentuou e o ideal de auto-regulação do mercado comprovou-se uma quimera. Foi então que os trabalhadores, revoltados com essa situação, passaram a reivindicar a interferência Estatal¹⁶.

O liberalismo foi o modelo predominante até o século XIX, quando, paulatinamente, acabou por demonstrar-se utópico, dando origem a severas críticas e a novas correntes ideológicas, as quais propunham, sobretudo, a fomentação do sindicalismo e a formação de um Estado paternalista:

A crítica mais contundente surgiu com a publicação do Manifesto Comunista, de 1848. Ao lado do comunismo, desenvolveram-se várias outras concepções de caráter social, como a do socialismo utópico; a do socialismo liberal; a da social democracia e a do liberalismo social¹⁷.

Dentre os pensamentos econômicos surgidos neste período, o keynesianismo foi o recepcionado pela maioria dos países do globo. Ele propunha, de um lado, que o Estado deveria adotar políticas incentivadoras do crescimento econômico e, de outro, deveria implantar políticas assistencialistas capazes de proporcionar maior equilíbrio social.

¹⁵ CAMPANA, Priscila. ***Direito Trabalhista a contrapelo***: desconstruindo discursos e práticas de poder. 2004. Tese (doutorado) – UFPR, Curitiba. p.71.

¹⁶ CREPALDI, Joaquim Donizeti. ***O princípio de Proteção e a Flexibilização das Normas do Direito do Trabalho***. São Paulo: LTR, 2003. p.13.

¹⁷ MAGNO BUENO, Octavio. ***O Direito do Trabalho e as tendências neoliberais***. In: Revista do Direito do Trabalho número 78,1992. p. 54-55.

Este novo papel a ser desempenhado pelo Estado está diretamente atrelado à teoria desenvolvida pelo economista inglês John Maynard Keynes, o qual, após estudar a dinâmica do modelo liberalista, constatou que a suposta desnecessidade de intervenção estatal na dinâmica do mercado era, na verdade, a razão para o colapso enfrentado por aquele sistema:

Assim surge o pacto social keynesiano que significava um compromisso entre as diferentes classes sociais, mediante determinadas condições, como a da criação, pelo estado, de políticas de pleno emprego, redistribuição de renda e de reconhecimento das instituições do proletariado em troca da garantia da propriedade privada da produção e sua forma de organização¹⁸.

Por todos esses fatores, durante o final do século XIX, sobretudo após a primeira guerra mundial, surge o Estado de Bem-Estar Social, também conhecido como Estado Paternalista, Estado Assistencialista, Welfare State ou Estado Providência:

O Estado Providência surge como uma das formas de remediar a divisão social decorrente da Revolução Industrial e do capitalismo excessivo. Essa interferência estatal é demonstrada através de atos como o da criação da previdência social e de seguros contra acidentes de trabalho e outros, em países como a Alemanha, Inglaterra, Dinamarca¹⁹.

--

Foi, então, a partir deste momento que se configuraram as condições sociais, políticas e econômicas para o surgimento da legislação trabalhista:

A atenção despertada para as precárias situações da classe acabou por surtir efeito. O Estado, buscando o implemento da justiça social, compreendeu que as desigualdades reinantes somente poderiam ser corrigidas com a introdução de desigualdades em sentido oposto – Couture – surgindo, assim, o Direito do Trabalho, revelado por normas jurídicas asseguradoras de proteção mínima ao hipossuficiente. Podemos, portanto, apontar que a origem do Direito do Trabalho está no desequilíbrio de forças das partes envolvidas – empregado e empregador – quer em virtude da tendência de o nível de emprego ser inferior ao da mão-de-obra, quer diante da subordinação caracterizadora do contrato de trabalho²⁰.

¹⁸ SCHMITZ, Fernanda Maria F. **O Direito do Trabalho em Construção**. Tese (mestrado) – UFPR, Curitiba. p. 47-48.

¹⁹ SCHMITZ, Fernanda Maria F. **O Direito do Trabalho em Construção**. Tese (mestrado) – UFPR, Curitiba. p. 46.

²⁰ MELLO, Marco Aurélio Mendes de Faria. **Constituinte – Reivindicação Básica dos Trabalhadores**. In: Revista de Direito do Trabalho. n. 65. São Paulo: LTr, 1987. p. 3.

Assim, de um lado, o Estado passou a intervir para que as condições de vida dos trabalhadores melhorassem, sobretudo, através da inclusão de direitos trabalhistas em suas Constituições, estabelecendo, assim, patamares mínimos para que a dignidade dos trabalhadores fosse respeitada; de outro, os próprios trabalhadores, respaldados pela garantia constitucional de liberdade de associação, passaram a se reunir, por meio dos sindicatos, reivindicando melhores condições de vida.

Exemplos marcantes deste processo foram a Constituição Social Mexicana em 1917, a Declaração Russa dos Direitos do Povo Trabalhador e Explorado de 1918, a Constituição de Weimar em 1919. Ao final da Primeira Guerra, em 1919, foi criada a Organização Internacional do Trabalho, consagrando os direitos fundamentais dos trabalhadores, e criando uma legislação internacional do trabalho²¹.

O surgimento da legislação trabalhista se deu, assim, num contexto de crise do modelo econômico do liberalismo, o qual teve como seu ápice a quebra da bolsa de valores de Nova Iorque em 1929, evidenciando a necessidade de um novo modelo capaz de conter o grande desequilíbrio atingido pelo mercado.

--

1.2.2 – A Ambigüidade da Disciplina Juslaboral

Por tudo isso, é possível concluir que se por um lado o surgimento do Direito do Trabalho foi criado como forma de contenção da hipossuficiência dos operários frente aos empregadores, por outro, não é menos verdade que a legislação trabalhista também foi uma das medidas adotadas pelo Estado para conter o contexto de crise em que o modo de produção capitalista se inseriu.

O discurso de poder que afirma que a legislação trabalhista foi criada tão somente com o objetivo de proteger o trabalhador, oculta todos os fatores históricos acima demonstrados, os quais contribuíram para a crise do modelo liberalista. Com ele, deixa-se de evidenciar que tanto o Estado, quanto o patronato também

²¹ CAMPANA, Priscila. *Direito do Trabalho a contrapelo*: desconstruindo discursos e práticas de poder. 2004. Tese (doutorado) – UFPR, Curitiba. p. 75.

possuíam interesse em conter o desequilíbrio do mercado e utilizaram como uma das soluções para essa contenção a própria legislação trabalhista. Afinal, ao se depararem com um movimento operário descontente, não havia solução, senão a concessão de algumas reivindicações, para conter o caos que uma revolta geral poderia causar.

Nas palavras de PRISCILA CAMPANA:

Isso significa que o Direito do Trabalho, além de interessar aos trabalhadores, é útil também aos empregadores, ao patronato, pois atua como instrumento redutor das tensões sociais. Ou seja, serve também como pára-choque das reivindicações no cerne do sistema capitalista, além de garantir legalmente a exploração²².

Sem embargo de outros argumentos que podem ser utilizados para refutar o discurso de que o Direito do Trabalho surge e se desenvolve com o fim exclusivo de proteger os trabalhadores frente aos empregadores, torna-se evidente, pela simples análise histórica acima realizada, que este discurso de poder oculta todo o contexto de crise política e econômica ocorrido durante a passagem do liberalismo para o Estado Providência. Evidencia-se, deste modo, que a legislação trabalhista também objetivou controlar a crise social, política e econômica pela qual passava o capitalismo entre os séculos XVIII e XIX.

Desmistificada a visão do Direito do Trabalho meramente protetivo, torna-se possível compreender a razão desta disciplina ser considerada ambivalente: afinal, ela procura equilibrar interesses do proletariado, mas também do capital. Fala-se, inclusive, de um Direito Capitalista do Trabalho, na medida em que a legislação foi – e continua sendo – um meio eficaz de organizar e fiscalizar o movimento operário.

ALDACY RACHID COUTINHO evidencia a ambivalência da disciplina jurídica e constata, a partir da legislação trabalhista em vigor, regras que existem com o fim de atender a interesses contrários aos da classe operária, os quais são atribuídos, sobretudo, ao capital:

²² CAMPANA, Priscila. *Direito do Trabalho a contrapelo*: desconstruindo discursos e prática de poder. 2004. Tese (doutorado) – UFPR, Curitiba. p. 67.

A proteção do trabalhador é um mito. Aquilo que está no lugar do que não pode – ou não deve – ser dito. Está para enunciar que protege, quando nem sempre tutela. Afinal, o direito do trabalho é o direito capitalista do trabalho. Nesta medida está apta a ajustar juridicamente a inserção do elemento trabalho na empresa. É, assim, o direito do capital que necessita do trabalho e, ao mesmo tempo, do trabalho que necessita vender sua força para o capital. Vez ou outra pode-se notar que algumas regras jurídicas são estabelecidas para reconhecimento dos interesses do próprio capital, como, por exemplo, o direito de fixar a data de início do gozo de férias, ou o reconhecimento do direito potestativo de rescisão contratual. Assim, nem tudo o que é 'direito do trabalho' é 'proteção ao trabalhador'; e nem tudo o que é inovação no direito do trabalho está para garantir um avanço na disciplina jurídica dos interesses do trabalho²³.

A desmistificação do discurso de poder em exame contribui para desconstruir a imagem de que a legislação trabalhista beneficia exclusivamente o trabalhador, ao mesmo tempo em que prejudica os empregadores, criando-se uma linha de argumentação no sentido de que este ramo jurídico representa um entrave ao desenvolvimento das empresas, na medida em que os direitos trabalhistas sobrecarregam o orçamento do empregador. Como se vê, ao contrário, o Direito do Trabalho é composto por diversas regras que são instituídas com o fim de legitimar certas escolhas arbitrárias, feitas de acordo com o interesse exclusivo do capital, como, por exemplo, a realização da despedida sem justa causa, a escolha do horário inicial da jornada de trabalho, o momento em que as férias serão concedidas, etc.

Não obstante a comprovação de que o Direito do Trabalho não se trata de uma disciplina que protege exclusivamente o trabalhador, este discurso é amplamente difundido, na medida em que contribui para legitimar outra ideologia: a da flexibilização e desregulamentação das normas trabalhistas, como se verá no terceiro Capítulo.

De acordo com o que observa PRISCILA CAMPANA:

Esta visão parcial do Direito do Trabalho neutraliza qualquer crítica a respeito da formação da legislação trabalhista, e perpetua a concepção apologética de que o Direito do Trabalho é um sistema de vantagens ao trabalhador, sendo danoso à classe patronal e, consequentemente, ao desenvolvimento empresarial. Passa a ser objeto de rechaço, fortalecendo

²³ COUTINHO, Aldacy Rachid. **O princípio da proteção revisitado**. Revista BONIJURIS, p. 07.

sob este argumento, os movimentos para flexibilizar as normas trabalhistas, por exemplo²⁴.

Assim sendo, importância da desconstrução deste discurso para o tema do presente trabalho se dá porque qualquer argumento a favor da flexibilização e desregulamentação das leis trabalhistas que tenha como base o discurso de que o Direito do Trabalho atende exclusivamente às necessidades dos trabalhadores, sendo prejudicial aos empregadores, deverá ser refutado.

Da mesma forma, deve-se analisar com cautelas os discursos que, de forma acrítica, aliam e buscam legitimar a idéia de mudanças realizadas no direito como forma de se alcançar um inexorável progresso. No caso específico do Direito do Trabalho, a implementação de muitas das “alterações legislativas de caráter progressista”, atualmente tão difundidas, esconde uma outra faceta do mesmo fenômeno: tais medidas levam à desconstrução dos próprios alicerces em que se funda a disciplina juslaboral, qual seja, a busca de maior equilíbrio na relação entre capital e trabalho.

²⁴ CAMPANA, Priscila Campana. ***Direito Trabalhista a Contrapelo: desconstruindo discursos e práticas de poder***. 2004. Tese (doutorado) – UFPR, Curitiba. p. 68.

Capítulo II – O neoliberalismo como pensamento determinante para a nova organização e regulamentação do trabalho.

2 – Considerações preliminares

Analisar a nova organização do trabalho na contemporaneidade só é possível a partir da compreensão da conjuntura social, política e econômica dos países Ocidentais, sobretudo os da Europa, além dos Estados Unidos da América, a partir do último quartel do século XX. É que, ao exemplo do ocorrido no século XIX, este panorama demonstra um processo de crise e transformação ocorrido no sistema capitalista, em relação aos quais o Direito é utilizado como um dos mecanismos para solução.

Como já se referiu no capítulo anterior, o modelo econômico do liberalismo sofreu intensas críticas em detrimento da desigualdade social por ele gerada. A partir de então, várias correntes se formaram com o intuito de propor mudanças, sendo algumas de caráter radical – como a de Marx e Hegel, os quais defendiam a substituição do sistema capitalista – e outras de caráter reformista – que buscavam apenas adaptar este modo de produção a uma forma mais humanitária de atuação.

Originou-se, a partir desta segunda corrente, o Estado de Bem-Estar Social, de caráter democrático, procurando conjugar harmonicamente as pretensões dos principais atores sociais – Estado, Capital e Trabalho²⁵. Este modelo estatal colocou todo o sistema político, social, cultural e econômico em função do trabalho empregatício a fim de que os indivíduos alcançassem patamares dignos de vida.

Neste contexto, criou-se um sistema jurídico capaz de evitar que as arbitrariedades ocorridas durante o primado do liberalismo fossem repetidas: o Direito do Trabalho. A partir de então, a previsão de direitos sociais e trabalhistas na Constituição passou dar à sociedade a característica de nação avançada, num

²⁵ A expressão “atores sociais” referindo-se ao Estado, Capital e ao Trabalho é adotada pelo autor LEANDRO DO AMARAL D. DORNELES em obra anteriormente citada.

verdadeiro processo de universalização destes direitos²⁶. Nas palavras de GODINHO DELGADO, o que se constatou neste momento histórico foi que:

A oferta de trabalho no capitalismo tende a não gerar para o prestador de serviços vantagens econômicas e proteções jurídicas, salvo se induzidas ou impostas tais proteções e vantagens pela norma jurídica interventora na respectiva contratação. O complexo mais sofisticado destas normas jurídicas encontra-se, classicamente, no Direito do Trabalho, essencialmente regulatório da relação de emprego²⁷.

Porém, a partir da década de 60, alterações ocorridas na dinâmica dos países, sobretudo, europeus, além dos Estados Unidos da América, geraram nova crise no modo capitalista de produção e, com ela, novamente, a necessidade de se criarem respostas para evitar o colapso do sistema. Nesse contexto, as leis trabalhistas passam, então, por um processo exatamente oposto: desestimulou-se a produção legislativa pelo Estado, o qual deveria suprimir a inclusão destes direitos não apenas de sua respectiva Constituição, mas de qualquer outro documento legal. Verificou-se, então, um fenômeno oposto àquele observado durante o período do Estado Social, marcado por um processo de desuniversalização ou desconstituição das leis trabalhistas e sociais²⁸.

O presente capítulo pretenderá demonstrar que este contexto de crise e alterações ocorridas a partir do último quartel do século XX, está diretamente vinculado a um determinado pensamento econômico, o qual se tornou, paulatinamente, hegemônico em todos os países do globo: o neoliberalismo. Para tanto, adotou-se a metodologia – bastante didática – utilizada por MAURÍCIO GODINHO DELGADO, que toma por base o fenômeno da globalização²⁹ para

²⁶ DALLEGRAVE NETO, Jose Afonso. *Direito do Trabalho Contemporâneo – Flexibilização e Efetividade*. São Paulo: LTr, 2003. p. 9.

²⁷ DELGADO, Mauricio Godinho. *Capitalismo, Trabalho e Emprego: Entre o Paradigma da Destruição e os Caminhos de Reconstrução*. São Paulo: LTr, 2006. p. 30.

²⁸ DALLEGRAVE NETO, Jose Afonso. *Direito do Trabalho Contemporâneo – Flexibilização e Efetividade*. São Paulo: LTr, 2003. p. 9.

²⁹ O mencionado autor define globalização – também denominada globalismo, mundialização ou mundialismo – como a fase do sistema capitalista “que se caracteriza por uma vinculação especialmente estreita entre os diversos subsistemas nacionais, regionais ou comunitários, de modo a criar como parâmetro relevante para o mercado a noção de globo terrestre e não mais, exclusivamente, nação ou região”. DELGADO, Mauricio Godinho. *Capitalismo, Trabalho e Emprego: Entre o Paradigma da Destruição e os Caminhos de Reconstrução*. São Paulo: LTr, 2006. p.12.

possibilitar a compreensão sobre como este pensamento determinou uma nova forma de funcionamento do mundo.

Mais uma vez, recorrer-se-á à história para explicar como surgem a flexibilização e desregulamentação das normas trabalhistas e a razão de elas serem defendidas.

É preciso ressaltar, de antemão, que a globalização não ocorreu uniformemente nos diversos sistemas, de forma que cada qual foi por ela afetado com certas particularidades, sendo beneficiado ou não de acordo com a influência que exerceu – e continua a exercer - diante da nova dinâmica global.

2.1 – Pressupostos da Globalização

Os pressupostos para a globalização correspondem a alterações ocorridas na estrutura e dinâmica do sistema capitalista durante o último quartel do século XX. Muito embora este modo de produção possuía, desde suas origens, tendência para se generalizar, verificou-se que a partir deste momento histórico, as economias passaram a se interligar por meio de laços mais estreitos e profundos.

Sem embargo de outros, consideram-se três pressupostos que ensejaram o fenômeno: a generalização do Sistema Capitalista; a Nova Revolução Tecnológica; e a Hegemonia Financeiro-especulativa.

2.1.1 – A generalização do Sistema Capitalista

O primeiro fator determinante para a ocorrência do fenômeno da globalização foi a generalização do sistema capitalista. Com efeito, a Europa e os Estados Unidos da América deixaram de ser os únicos pontos de influência sobre o mercado, multiplicando-se o número de países e regiões que passaram a ocupar

posição de destaque no globo, organizados em blocos econômicos³⁰. Ainda que muitas dessas economias previamente adotassem o modo capitalista de produção, o que se observou foi a intensificação de sua influência perante o mercado internacional – como o que ocorreu, por exemplo, em relação aos países asiáticos -, tanto no que diz respeito ao incremento da produção de bens e prestação de serviços, tanto pela destacada influência sobre a dinâmica financeira. Saliente-se, no entanto, que a generalização do sistema capitalista, em muitos casos, não significou a maior autodeterminação para muitos países - como, por exemplo, para o Brasil – já que tiveram sua debilidade e dependência acentuadas frente às demais economias.

2.1.2 – Nova Revolução Tecnológica

Outro pressuposto determinante para a ocorrência da globalização foi o acontecimento da nova revolução tecnológica. Sem embargo das inovações ocorridas nas áreas da robótica, microinformática e microeletrônica, as quais também exercerão influências sobre o trabalho³¹, destaca-se aqui o aperfeiçoamento dos instrumentos de comunicação – como o rádio e a telefonia -, bem como inovações – como a televisão com transmissão por via satélite e, mais recentemente, a rede internacional de informação e comunicação, a internet, as quais possibilitam a transmissão dos acontecimentos quase instantaneamente, gerando importantes conseqüências no plano econômico. Nas palavras de GODINHO DELGADO:

Toda essa tecnologia direcionada à comunicação viabiliza análises simultâneas e imediatas sobre a dinâmica do sistema econômico em diferenciadas partes da terra, permitindo também a realização de operações econômicas, pelos mesmos agentes, a partir do mesmo ponto de atuação, em inúmeras localidades. Em conseqüência, acentua-se a interinfluência

³⁰ Nesse sentido, destaca-se a formação dos blocos econômicos, como a União Européia, em 1992; o NAFTA (Acordo de Livre Comércio da América do Norte), o qual recebeu a adesão do México em 1993; o MERCOSUL (Mercado Comum do Sul), formado em 1991, dentre outros.

³¹ Sobre as principais conseqüências da revolução industrial na estrutura e organização da empresa, vide tópico específico do Capítulo III.

entre as diversas regiões e economias ou, em grande parte dos casos (como, regra geral, verificou-se na América Latina), aprofunda-se a tradicional influência de certas economias e regiões sobre outras³².

Em decorrência destas transformações, o ínterim entre determinado fato e eventual decisão dele decorrente se torna bastante estreito, seja na vida pública, seja na privada, ao mesmo tempo em que esta decisão traz repercussões cada vez mais alargadas no âmbito temporal e espacial.

2.1.3 – Hegemonia financeiro-especulativa

A predominância do capital financeiro-especulativo sobre a própria atividade de produção de mercadorias³³ é mais um pressuposto para a ocorrência da globalização. É necessário, ainda, salientar que integra este quadro o financiamento feito para as economias periféricas, o que intensifica a sua dependência em relação aos países dominantes no sistema capitalista. De acordo com ANTÔNIO ÁLVARES DA SILVA:

Outro fator agravante é que uma parte do capital que vem de fora constitui-se de dinheiro oportunista e espoliador. Enquanto as circunstâncias são favoráveis, permanece e suga. Ao sinal do mínimo risco, some repentinamente, deixando vagos os setores da economia por ele antes preenchidos. Não será com tal tipo de 'ajuda' que os países em desenvolvimento vão crescer e progredir³⁴.

Estudados os pressupostos para a ocorrência do fenômeno da globalização, passa-se ao estudo de seus requisitos.

³² DELGADO, Mauricio Godinho. **Capitalismo, Trabalho e Emprego: Entre o Paradigma da Destruição e os Caminhos de Reconstrução**. São Paulo: LTr, 2006. p. 15-16.

³³ Goran Therborn demonstra alguns exemplos confirmadores desta predominância do capital financeiro-especulativo sobre a produção de bens e serviços: "durante um dia em Londres, é negociado um montante de divisas correspondente ao PIB mexicano de um ano inteiro. Em um dia e meio, os traficantes de divisas vendem e compram o equivalente ao PIB anula do Brasil". THERBORN, Goran. **A crise e o futuro do Capitalismo**, in SADER, Emir e Gentili, Pablo, **Pós-Neoliberalismo – as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998, p. 44-45.

³⁴ SILVA, Antonio Álvares da. **Flexibilização das Relações de Trabalho**. São Paulo: LTr, 2002. p. 33.

2.2 – Requisitos para o fenômeno da Globalização

Consideram-se requisitos para o fenômeno da globalização “fatores de caráter superestrutural, que incrementaram as tendências estruturais surgidas no sistema”³⁵, os quais são de índole político-cultural. Somados aos pressupostos, os requisitos contribuem para o aprofundamento da tendência generalizante do sistema capitalista.

Consideram-se requisitos para a globalização: o Pensamento Econômico Hegemônico; a Hegemonia Política Ultraliberal com ausência de contraponto eficaz; e a Internalização Dependente do Ultraliberalismo.

2.2.1 – *Pensamento Econômico Hegemônico*

A nova fase do sistema capitalista possui o pensamento neoliberal ou ultraliberal como mecanismo orientador das estratégias a serem adotadas pelos Estados.

O neoliberalismo se trata de um modelo hegemônico de pensamento disseminado por todo o sistema capitalista com o intuito de, cada vez mais, direcionar o funcionamento das economias para a dinâmica global. Ele corresponde, na verdade, a uma readaptação do pensamento liberal, no sentido de se retomar a noção de Estado mínimo, o qual deve atuar apenas com fins de permitir a reprodução do capital financeiro-especulativo. Busca-se, ainda, incentivar o primado da dinâmica das relações privadas sobre a atuação pública (ou seja, a lei do mercado deve se sobrepor à lei estatal)³⁶, desestimulando a atividade legislativa do Estado – inclusive, em relação ao ramo juslaboral. Em suma, esta corrente:

³⁵ DELGADO, Mauricio Godinho. *Capitalismo, Trabalho e Emprego: Entre o Paradigma da Destruição e os Caminhos de Reconstrução*. São Paulo: LTr, 2006. p. 13.

³⁶ A sobreposição da dinâmica privada sobre a pública tornou-se possível por meio de duas medidas: de um lado, excluindo-se o máximo possível a intervenção estatal da dinâmica econômica, sobretudo através da privatização de empresas estatais, bem como desregulamentação de atividades privadas fortemente controladas pelo Estado; e, de outro, por meio da desregulamentação normativa, com o intuito de que a vontade dos agentes econômicos preponderasse sobre a vontade geral representada pela lei.

Respalda a hegemonia do capital financeiro-especulativo, propondo estratégia de severa redução dos investimentos e gastos do Estado, exceto aqueles correspondentes à reprodução do próprio capital financeiro especulativo; propõe, como linha geral, o redirecionamento da atuação dos Estados nacionais, de modo a garantir a estreita vinculação de suas economias ao mercado globalizado; propugna, por fim, pela mitigação das políticas sociais, inclusive trabalhistas, em favor do exercício cada vez mais desregulado do mercado de bens e de serviços³⁷.

Diversos fatores contribuíram para adoção e reprodução do neoliberalismo como pensamento hegemônico da atualidade. Nesse sentido, ressalte-se a influência de órgãos internacionais como o Banco Mundial (BIRD), o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a Organização Mundial do Comércio (OMC), os quais exercem influência direta, principalmente, sobre as medidas político-econômicas adotadas pelos países periféricos.

Além da atuação de organismos internacionais, outro importante instrumento disseminador do pensamento neoliberal corresponde às palestras, encontros e seminários nacionais e internacionais, os quais, na visão de GODINHO DELGADO, “tendiam (e tendem) a desaguar em receituários relativamente padronizados de políticas públicas a serem cumpridas pelos governos de países dependentes”³⁸.

Foi a partir de 1989 que os países Latino-Americanos, dentre eles o Brasil, passaram a aderir ao modelo neoliberal. Para isso, destaca-se a reunião conhecida como Consenso de Washington, na qual essas economias, buscando renegociar suas dívidas externas, bem como obter novos empréstimos juntos aos organismos internacionais - Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Internacional (BIRD) -, comprometeram-se a realizar uma série de medidas ditadas por esses credores. A liberação de verbas ficou condicionada, dentre outras coisas, à realização de privatizações pelos Estados; à quebra das barreiras alfandegárias; à livre circulação de bens, serviços e trabalhadores; à facilitação da atuação do capital

³⁷ DELGADO, Mauricio Godinho. **Capitalismo, Trabalho e Emprego: Entre o Paradigma da Destruição e os Caminhos de Reconstrução**. São Paulo: LTr, 2005. p. 19.

³⁸ DELGADO, Mauricio Godinho. **Capitalismo, Trabalho e Emprego: Entre o Paradigma da Destruição e os Caminhos de Reconstrução**. São Paulo, LTr, 2006. p. 19.

especulativo internacional; e à desregulamentação de direitos sociais e trabalhistas, a qual deveria ser iniciada pelo processo de flexibilização das aludidas leis³⁹. Todas essas medidas acabaram por se tornar uma verdadeira “cartilha” até hoje seguida por esses países emergentes⁴⁰.

ANTÔNIO ÁLVARES DA SILVA, observa que a adoção destas medidas não se apresentou como uma solução para os problemas sociais enfrentados por estes países, mas, ao contrário, apenas acentuou a dependência deles aos organismos internacionais e demais economias capitalistas de importância central:

Na tentativa de segurar o sistema e manter a taxa de crescimento, os países em desenvolvimento procuraram no endividamento a sustentação de suas economias. Já aqui chegamos nos dias atuais, lembrando a polêmica presença do FMI e outras instituições internacionais que, embora emprestando dinheiro, cobravam dos países uma política de equilíbrio nas contas públicas, para superar o déficit interno, o que gerou uma recessão permanente. Como o sistema baseava-se na produção integral através de uma estrutura rígida, no qual se mantinham altos níveis de empregabilidade e crescimento, a crise funcionou como entrave a esta estrutura excessivamente formal. Buscou-se ajuda no capital alienígena para mantê-la, mas a consequência foi o endividamento externo com Estados e organismos internacionais. O pagamento da dívida agravou a crise, com o envio para os cofres de outros países do dinheiro necessário ao equilíbrio do déficit público e do desenvolvimento interno⁴¹.

Destaca-se, ainda, para a disseminação deste pensamento econômico, a atuação da comunidade acadêmica, sobretudo das universidades dos Estados Unidos da América, as quais formam economistas e burocratas – que atuarão em diversos países do globo - com base num modelo de ensino totalmente vinculado ao pensamento neoliberal. Cabe, neste ponto, ressaltar os dois maiores teóricos proclamadores desta teoria: os economistas Friedrich Hayek, na Alemanha e Milton Friedman, nos Estados Unidos.

³⁹ DALLEGRAVE NETO, Jose Afonso. ***Direito do Trabalho Contemporâneo – Flexibilização e Efetividade***. São Paulo, LTr: 2003. p. 8.

⁴⁰ Godinho Delgado explica que, dentro do espírito de cooperação surgido pela negociação ocorrida entre órgãos internacionais e as economias hegemônicas do globo, os países *em desenvolvimento* receberam nova denominação, passando, a partir da década de 90, a serem designados *mercados emergentes*. DELGADO, Mauricio Godinho. ***Capitalismo, Trabalho e Emprego: Entre o Paradigma da Destruição e os Caminhos de Reconstrução***. São Paulo: LTr, 2006. p. 19.

⁴¹ SILVA, Antonio Álvares da. ***Flexibilização das Relações de Trabalho***. São Paulo: LTr, 2002. p. 32.

Por fim, observa-se a importância dos meios de comunicação de massa para a disseminação do pensamento neoliberal, os quais, ao divulgarem notícias vinculadas ao contexto econômico nacional e internacional, realizam análises uniformes, a partir de idênticas argumentações, quase sempre acríticas.

2.2.2 – Hegemonia Política Ultraliberal com ausência de contraponto eficaz

Importante requisito para a ocorrência do fenômeno da globalização foi a permanência, entre as décadas de 70 e 90, de partidos políticos de índole neoliberal em países que ocupam grande influência na dinâmica global, como Estados Unidos, Inglaterra e Alemanha⁴². Além desse aparente “império”, a constatação da inexistência de qualquer sistema de governo nas demais economias, que pudesse se apresentar como alternativa ao neoliberalismo⁴³, contribuiu para o fortalecimento deste modelo econômico. De acordo com GODINHO DELGADO:

A ausência de um contraponto externo realmente eficaz ao sistema econômico ocidental hegemônico, em um quadro de inevitável refluxo do movimento operário nos países do Ocidente (plano interno deste fator), favoreceu a adoção de ideologias e políticas públicas sem qualquer preocupação como contrapartidas sociais⁴⁴.

A inexistência de um contraponto externo ao modelo neoliberal gerou importantes repercussões no plano interno dos países. Observa-se, no entanto, que as características a seguir abordadas não foram sentidas com igual intensidade por todas as economias, existindo aquelas que sequer foram afetadas.

Primeiramente, contribuiu para o fortalecimento do pensamento neoliberal no plano interno o enfraquecimento das organizações sociais, culturais e políticas opositoras, o que se deu a partir do final da década de 70. De acordo com

⁴² Destacam-se o governo de Margaret Thatcher, na Inglaterra (1979/1990); de Ronald Reagan, nos Estados Unidos da América (1980/1988); e de Helmut Kohl, na Alemanha (1982/ 1988).

⁴³ É necessário ressaltar que a partir da queda do Muro de Berlim, em 1989, tem fim o Império Soviético e o único contraponto existente – o sistema socialista – para o sistema de governo predominante nos países ocidentais.

⁴⁴ DELGADO, Mauricio Godinho. **Capitalismo, Trabalho e Emprego: Entre a Lógica da Destruição e os Caminhos de Reconstrução**. São Paulo: LTr, 2006. p. 23.

GODINHO DELGADO, as razões para esta perda de influência podem ser assim sintetizadas:

O enfraquecimento desse contraponto democrático-popular ao estuário teórico liberal resulta de três processos distintos, embora claramente combinados: de um lado, o refluxo do movimento sindical, a contar da crise econômica de meados dos anos 1970; de outro lado, a perda de consistência dos projetos políticos democrático-populares europeus a partir dessa conjuntura adversa, ainda que eventualmente conquistada ou recuperada, nesse mesmo período, a direção política do Estado por vitórias eleitorais trabalhistas ou social-democratas; finalmente, uma relativa derruição do pensamento crítico clássico, que passa a acolher, ainda que de modo indireto, certos pressupostos da matriz explicativa ultraliberal sobre a sociedade capitalista mais recente⁴⁵.

Em relação ao refluxo do movimento sindical, três fatores demonstraram-se determinantes para a sua ocorrência: em primeiro lugar, a crise econômica ocorrida na década de 70 (crise do petróleo); em segundo lugar, o desemprego ocasionado no período subsequente, o qual pode ser atribuído, logicamente, à própria crise, mas também em virtude da paulatina adoção das economias ao pensamento neoliberal; por fim, a maneira como as questões sociais foram enfrentadas pelas lideranças políticas ascendidas ao poder, a partir de 1979/1980, mediante severa repressão às reivindicações sindicais, contribuiu para o enfraquecimento destas associações.

Observou-se, ainda, que os partidos democrático-populares que chegaram ao poder a partir do referido período, ainda que tivessem iniciado seus governos com a adoção de medidas contrárias às diretrizes ditadas pelo neoliberalismo, muitas vezes acabaram por reverter os rumos de suas políticas, tornando-as bastante próximas ao que propunha o pensamento hegemônico. Isso, de um lado, ocasionou a perda dos projetos político-populares europeus a partir do último quartel do século XX e, de outro, contribuiu para ruir com o pensamento crítico clássico, aparentando ser o ultraliberalismo a única forma possível para orientar a economia de uma nação.

⁴⁵ DELGADO, Mauricio Godinho. **Capitalismo, Trabalho e Emprego: Entre o Paradigma da destruição e os Caminhos de Reconstrução**. São Paulo: LTr, 2006. p. 24.

2.2.3 – Internalização Dependente do Ultraliberalismo

O último requisito que possibilita compreender como ocorreu o processo de globalização, assim como a atual conformação do modo de produção capitalista, possui uma característica peculiar: ao contrário dos demais, estudados a partir das economias hegemônicas – Estados Unidos e países Europeus -, este se refere à forma como as economias periféricas – sobretudo latino-americanas – receberam o processo de globalização e aplicaram o neoliberalismo às suas políticas.

Trata-se, de toda sorte, da oficialização de um mesmo pensamento econômico padrão nos países integrantes do sistema global, com a uniformização de práticas políticas e econômicas favorecedoras do próprio processo globalizante, por meio da supressão ou atenuação de barreiras ou restrições nacionais à idéia de uma economia mundial, a par de outros ajustes internos inerentes ao receituário ultraliberal (com a desregulamentação do mercado de trabalho em destaque). Em síntese, independentemente do exame acerca dos efetivos ganhos para as populações e países envolvidos, os dirigentes políticos de parte significativa dos países periféricos – na América Latina, especialmente – têm traçado estratégias de adequações radicais das respectivas economias, sociedades, políticas e instituições públicas ao receituário ultraliberal construído nos países centrais do capitalismo (no caso latino-americano, principalmente, nos Estados Unidos)⁴⁶.

--

No caso específico do Brasil, observa-se que o processo de internalização iniciou-se na década de 80, no final do regime militar, momento em que o país celebra seu primeiro acordo junto ao Fundo Monetário Internacional. Ainda que este acordo represente e justifique a gestão política e econômica do país nas décadas subsequentes – a qual estava atrelada ao receituário ultraliberal –, será apenas a partir da década de 90 que a aludida internalização assumirá seu caráter radical, tornando-se plena⁴⁷.

⁴⁶ DELGADO, Mauricio Godinho. **Capitalismo, Trabalho e Emprego: Entre o Paradigma da Destruição e os Caminhos de Reconstrução**. São Paulo: LTr, 2006. p. 26.

⁴⁷ O caráter radical de adoção de medidas ultraliberais na política brasileira se iniciou com o governo Collor (1990/1992) e se perpetuou durante o Governo Fernando Henrique Cardoso (1994/2002). A partir de então, medidas como “abertura comercial acentuada, desconstrução das políticas industriais, privatizações amplas de entidades estatais, desregulamentação e flexibilização do Direito do Trabalho” passaram a fazer parte do receituário político do país. DELGADO, Mauricio Godinho. **Capitalismo, Trabalho e Emprego: Entre o Paradigma da Destruição e os Caminhos de Reconstrução**. São Paulo: LTr, 2006. p. 27.

Capítulo III – Reflexos do pensamento neoliberal na estrutura e na regulamentação do trabalho.

3 – *Considerações preliminares*

O primeiro capítulo deste estudo referiu-se a dois discursos de poder que, muito embora tenham surgido anteriormente ao pensamento econômico do neoliberalismo, se vinculam a ele na atualidade com o intuito de reforçar a suposta necessidade de mudanças na estrutura dos países do globo. Naquele momento, procurou-se evidenciar que o ramo juslaboral teve seu surgimento ligado à crise do modo capitalista de produção, de maneira a também ter sido utilizado como um instrumento legitimador de interesses do capital e do próprio Estado. Refutou-se, assim, o discurso de poder que alega ser o Direito do Trabalho meramente protetivo, já que esta disciplina tem como característica a ambivalência, isto é, protege o trabalhador como parte hipossuficiente da relação laboral, ao mesmo tempo em que legitima interesses dos empregadores e do Estado.

O segundo capítulo buscou demonstrar o contexto histórico em que se formou o atual momento do modo capitalista de produção, ressaltando que as transformações surgidas a partir do último quartel do século XX atendem, mais uma vez, à necessidade de se evitar o colapso do sistema de produção em exame. As diretrizes para conter a aludida crise foram – e continuam sendo – ditadas pelo pensamento econômico hegemônico do neoliberalismo ou ultraliberalismo, o qual, dentre outras coisas, defende a necessidade de alterações na estrutura da empresa e do Direito como meios impulsionadores da prosperidade econômica para os mercados globais.

O presente capítulo tem em vista explicitar alguns dos impactos decorrentes deste pensamento, os quais se manifestam na estrutura organizacional da empresa e na regulamentação da entrega da força de trabalho. Além disso, tem em vista evidenciar que a conjugação de fatores como o incremento tecnológico, o modelo empresarial do toyotismo e a tendência à flexibilização e desregulamentação

das normas trabalhistas, levam a uma consequência preocupante para a atual conjuntura mundial: o desemprego.

3.1 – A Terceira Revolução Tecnológica

A seção 2.1.2 tratou, em linhas gerais, da Terceira Revolução Tecnológica como um pressuposto para a ocorrência do fenômeno da globalização. Naquele momento, explicitou-se a centralidade ocupada pela comunicação para possibilitar a expansão e a influência recíproca entre as diversas economias.

Se, por um lado, o aperfeiçoamento e as inovações ocorridas nas telecomunicações, bem como em outras áreas tecnológicas, influenciaram a dinâmica do mercado, tornando mais ágil a tomada de decisões pelo Estado e pelos agentes privados, de outro, as novas tecnologias ocasionaram profundas alterações na estrutura empresarial e, por decorrência, na forma de entrega da força de trabalho.

De acordo com ROBORTELLA, “a tecnologia avançada possibilita o incremento da produtividade, a melhora da qualidade e uniformidade do produto, a substituição do trabalho por capital e maior flexibilidade no processo produtivo”⁴⁸.

A chamada terceira revolução tecnológica, ocorrida, sobretudo, nos países desenvolvidos economicamente, possibilitou às empresas, por meio da introdução de novas tecnologias, alterarem seu modelo organizacional, passando a produzir em núcleos menores⁴⁹. Com efeito, foi nos grandes centros econômicos do globo onde se sentiu “de forma notável os primeiros efeitos das novas tecnologias sobre o mundo do trabalho, principalmente nas áreas de biotecnologia, engenharia genética, energia fotovoltaica, holografia, fibras óticas, raios laser, aplicações de

⁴⁸ ROBORTELLA, Luis Carlos Amorim. *O Moderno Direito do Trabalho: Flexibilização. Terceirização. Novas Tecnologias. Contratos Atípicos. Participação na Empresa*. São Paulo: LTr, 1994. p. 135.

⁴⁹ O processo de reestruturação produtivo será analisado com maior profundidade no tópico seguinte.

circuitos integrados e semicondutores nos computadores, máquinas-ferramenta, robôs e equipamentos automatizados"⁵⁰.

Dentre as alterações decorrentes do avanço tecnológico importantes na estruturação do trabalho, destaca-se o fenômeno do teletrabalho⁵¹. Ele diz respeito à possibilidade de o empregado estar conectado aos clientes, bem como a outros membros de sua empresa – sobretudo por intermédio da internet e da transmissão de imagens por via satélite – sem que, para isso, tenha que se deslocar até eles, onde quer que estejam. De acordo com ALICE MONTEIRO DE BARROS:

Essa nova forma de trabalhar transcende os limites territoriais e poderá ser também transregional, transnacional e transcontinental. Ela permite até mesmo a atividade em movimento. Este tipo de trabalho é executado por pessoas com média ou alta qualificação, as quais se utilizam da informática ou da telecomunicação no exercício das atividades⁵².

O teletrabalho modifica a compreensão tradicional sobre certos conceitos importantes para o Direito do Trabalho, quais sejam, as noções de espaço onde o trabalho é executado, tempo de duração da jornada e subordinação. Com efeito, a tecnologia possibilita que um grande número de atividades passe a ser executada em qualquer localidade e não necessariamente na própria empresa; a jornada se torna mais flexível, já que não está mais determinada pelo horário de chegada e saída do trabalhador do estabelecimento; e, por fim, a noção de subordinação é fragilizada porque o alto grau de conhecimento e especialização dá maior autonomia

⁵⁰ ROBORELLA, Luis Carlos Amorim. **O Moderno Direito do Trabalho: Flexibilização. Terceirização. Novas Tecnologias. Contratos Atípicos. Participação na Empresa**. São Paulo: LTr, 1994. p. 134.

⁵¹ A origem etimológica do termo *tele* é grega e quer dizer distância. De acordo com Alice Monteiro de Barros, “a inovação tecnológica subverte a relação de trabalho clássica, sendo responsável por novos tipos de atividade descentralizada, que reúnem informação e comunicação”. A autora que a relação empregatícia, nesses casos, é plenamente aceita, em consonância com o que consigna o artigo 6 da CLT. O *teletrabalho* não é fenômeno que se identifica apenas quando o trabalhador realiza suas atividades em seu domicílio, mas em todas as ocasiões onde o local de trabalho é flexibilizado: “em centros satélites fora do estabelecimento patronal, mas em contato com ele ou em outro local, de uso público”. Os setores mais atingidos pelo fenômeno são: “tratamento, transmissão e acumulação de informação; atividade de investigação; secretariado, consultoria assistência técnica e auditoria; gestão de recursos, vendas e operações mercantis em geral; desenho, jornalismo, digitação, redação, edição, contabilidade, tradução, além da utilização de novas tecnologias, como informática e telecomunicações, geralmente afetas ao setor terciário”. BARROS, Alice Monteiro de. **Curso de Direito do Trabalho**. São Paulo: LTr, 2006. p. 303-304.

⁵² BARROS, Alice Monteiro de. **Curso de Direito do Trabalho**. São Paulo: LTr 2006. p. 304.

aos empregados que encontram na potência das máquinas o limite para gerar uma maior ou menor produção. Segundo ROBORTELLA:

A concepção do estabelecimento como unidade técnica onde necessariamente se desenvolve o trabalho, com reunião de pessoas em determinado local, dentro de certos horários e debaixo de uma estrutura hierarquizada, de rigidez militar, se torna obsoleta. O trabalho pode ser executado em locais diferentes, mediante sistemas de comunicação e de informática, sem concentração dos processos produtivos. Daí se tornarem anacrônicas as regras de início e duração da jornada, em função da chegada a um determinado 'local de trabalho', pois partem de uma concepção da empresa como simples espaço físico e não como uma estrutura destinada à produção. O conceito de subordinação é também afetado pelo controle do trabalho através de máquinas e sistemas que, a rigor, são a real fonte das diretrizes e instruções, provocando uma despersonalização da subordinação, quando não o seu desaparecimento⁵³.

Uma das facetas mais comuns deste fenômeno é o chamado home-office, ou escritório em casa, o qual se identifica quando o trabalhador passa a realizar suas tarefas na sua própria residência, sem ter que se deslocar até o estabelecimento do empregador.

O teletrabalho e o home-office são meios que permitem à empresa atingir seu principal objetivo, qual seja, diminuir custos que, ao final, deixarão de ser computados no valor total da mercadoria. Por outro lado, o empregado tende a se tornar mais satisfeito e produtivo, visto que não suporta mais o desgaste diário de se deslocar até o ambiente de trabalho e nele permanecer até que cumpra sua jornada diária⁵⁴. Com os custos reduzidos e a produtividade estimulada, a empresa se torna mais competitiva para atuar frente ao mercado global. Nas palavras de ALICE MONTEIRO DE BARROS:

⁵³ ROBORTELLA, Luis Carlos Amorim. **O Moderno Direito do Trabalho: Flexibilização. Terceirização. Novas Tecnologias. Contratos Atípicos. Participação na Empresa.** São Paulo: LTr, 1994. p. 145.

⁵⁴ O teletrabalho também leva a desvantagens para a empresa e para o empregado. Àquela "gera a necessidade de investimentos expressivos, com equipamentos que se tornam com frequência obsoletos, além da presença física de equipe de manutenção. A esses fatos acresce a dificuldade de direção e controle dos trabalhadores, dependendo da forma do teletrabalho; a perda da coesão na organização empresarial e a ameaça à confidencialidade da informação". A esse, o isolamento do núcleo empresarial e a falta de contato com outros indivíduos pode gerar problemas psicológicos; ainda, o indivíduo tem menores chances de promoção, visto que a carreira é eliminada; o direito de greve e a tutela sindical ficam fragilizados; dificuldades de se realizar a fiscalização da atividade, dentre outras. BARROS, Alice Monteiro de. **Curso de Direito do Trabalho.** São Paulo: LTr, 2006. p. 305/306.

A utilização do teletrabalho, segundo a doutrina, apresenta, portanto, várias vantagens para o empregador, entre as quais a redução do espaço imobiliário, com diminuição de custos inerentes à aquisição de locais, de aluguéis, manutenção, transporte, etc. A par dessas vantagens, propicia uma atenção melhor aos clientes mediante a conexão informática/telemática; gera maior produtividade pelo empregado, em face do desaparecimento do absenteísmo, da eliminação de tempo perdido, sobretudo no trânsito, da maior motivação da satisfação no exercício da atividade. Além desses aspectos, a empresa se vê livre de greves de transporte, dos acidentes no trajeto do trabalho, dos fenômenos meteorológicos, entre outros⁵⁵.

ROBORTELLA identifica o teletrabalho como um dos exemplos mais típicos da atual tendência à desconcentração da produção, afirmando que, muito embora na atualidade ele seja mais utilizado nos países com grande desenvolvimento industrial, no futuro, ele tende a ser largamente adotado, gerando uma produtividade até 60% maior em vista da “ausência de interrupções, aumento da dedicação e satisfação pela necessidade de traslado diário ao estabelecimento do empregador”⁵⁶.

Em suma, as modificações tecnológicas que possibilitaram, a partir da década de 70, novas formas de entrega da força de trabalho, segundo GODINHO DELGADO:

Criaram ou acentuaram formas de prestação laborativa que pareciam estranhas ao tradicional sistema de contratação e controle empregatícios – como, por exemplo, o teletrabalho e o escritório em casa (home-office). Em acréscimo, estes aperfeiçoamentos e inovações tecnológicas mitigaram, em inúmeros segmentos, as antes impermeáveis barreiras do espaço e do tempo, propiciando modalidades inusitadas de conexões interempresariais nos diversos países e, até mesmo, ao longo do globo⁵⁷.

Além dos avanços ocorridos na área das comunicações, destacam-se as conquistas obtidas nos campos da microeletrônica, microinformática, robótica, biotecnologia, descoberta de novos recursos energéticos e de novos materiais.

Essas tecnologias afetaram diretamente a estrutura da empresa e a distribuição dos postos de trabalho. É que, por um lado, diversas funções antes

⁵⁵ BARROS, Alice Monteiro de. *Curso de Direito do Trabalho*. São Paulo: LTr, 2006. p. 305.

⁵⁶ ROBORTELLA, Luis Carlos Amorim. *O Moderno Direito do Trabalho: Flexibilização. Terceirização. Novas Tecnologias. Contratos Atípicos. Participação na Empresa*. São Paulo: LTr, 1994. p. 136.

⁵⁷ DELGADO, Mauricio Godinho. *Capitalismo, Trabalho e Emprego: Entre o Paradigma da Destruição e os Caminhos da Reconstrução*. São Paulo: LTr, 2006. p. 36.

ocupadas por homens, passaram a ser executadas pelas máquinas e, por outro, atenuou-se “a tendência – que antes parecia incontrolável – de agregação de grandes massas de trabalhadores em grandes estabelecimentos produtivos”⁵⁸.

Dentre os aspectos negativos do avanço tecnológico destaca-se o aprofundamento do fosso existente entre o empregado especializado, com alto nível de escolaridade, e aquele com pouca ou nenhuma instrução. Segundo ANTÔNIO ÁLVARES DA SILVA, “o primeiro com acesso aos melhores empregos e salários; o segundo é remetido a um mercado flutuante, instável, precário e sujeito a dispensas permanentes”⁵⁹. Este fato contribui para acentuar o problema atual do desemprego, visto que, na medida em que as empresas operam mediante a utilização de tecnologia, bem como considerando que esta tecnologia está em permanente desenvolvimento, apenas os empregados que possuem esse conhecimento obtêm empregos estáveis, enquanto os demais ficam restritos a ocupações secundárias.

Dessa forma, a contratação de mão-de-obra nas empresas limita-se ao número necessário de empregados para a execução de sua atividade central. Estes indivíduos são dotados de alto conhecimento científico, o qual os torna hábeis para operar com a nova tecnologia e reconhecer maneiras de aumentar a produtividade da empresa. Por essa razão, possuem um grande valor dentro da organização empresarial. Nesse sentido, sintetiza ROBORELLA:

As novas tecnologias estão transformando os processos de produção. A demanda empresarial é pela utilização do trabalho somente onde e quando necessário, com a menor quantidade possível de mão-de-obra, pondo em cheque dois dados de grande importância: o trabalho permanente e a concentração física do processo produtivo (...). Modifica-se gradualmente a atitude do empresário com relação à mão-de-obra, agora considerada mais um ativo do que um passivo. Quanto maior a evolução tecnológica, mais preciosos os recursos humanos qualificados, tal o seu peso e relevância nos planos de crescimento das empresas e no aperfeiçoamento dos produtos e serviços⁶⁰.

⁵⁸ DELGADO, Mauricio Godinho. **Capitalismo, Trabalho e Emprego: Entre o Paradigma da Destruição e os Caminhos da Reconstrução**. São Paulo: LTr, 2006. p. 37.

⁵⁹ SILVA, Antonio Álvares da Silva. **Flexibilização das Relações de Trabalho**. São Paulo, LTr, 2002. p. 37.

⁶⁰ ROBORELLA, Luis Carlos Amorim. **O Moderno Direito do Trabalho: Flexibilização. Terceirização. Novas Tecnologias. Contratos Atípicos. Participação na Empresa**. São Paulo: LTr, 1994. p. 136-137.

Além disso, a tecnologia aprofunda as desigualdades entre os países que possuem desenvolvimento suficiente para criá-la ou recepcioná-la em primeira mão e aqueles que acabam recebendo-a, muitas vezes, quando já defasada. Segundo ROBORTELLA, “aqueles, com as novas tecnologias, estão imprimindo maior velocidade ao seu progresso econômico, numa lógica perversa que acentua as desigualdades”⁶¹.

Como demonstrado, o desenvolvimento tecnológico possui aspectos positivos e negativos. Em relação a estes, chegou-se, até mesmo, a considerar que ele seria responsável pelo fim do emprego e do trabalho na sociedade contemporânea⁶².

De fato, o desemprego é uma questão preocupante para a maioria dos países do globo. Porém, deve-se ter em mente que a tecnologia é apenas um dos fatores que colaboram para a sua ocorrência e que ainda não é possível precisar qual seja a sua real contribuição para este problema⁶³. No entanto, os avanços tecnológicos não apenas extinguem postos de trabalho, mas também criam outros em substituição; ainda, criam novas necessidades para o homem⁶⁴; certas áreas apenas incorporam a tecnologia, aumentando, assim, a produtividade sem, contudo, extinguir a necessidade de trabalho. Sendo assim, as análises sobre o fim do trabalho e do emprego devem ser analisadas com cautelas, já que muitas vezes focam o fenômeno apenas pelo seu aspecto negativo – extinção de postos de trabalho.

Por fim, necessário ainda ressaltar que os impactos da tecnologia sobre o trabalho variam nos vários países do globo. Acredita-se, ainda, que este é apenas um estágio de um processo de adaptação ao avanço tecnológico, de forma que,

⁶¹ ROBORTELLA, Luis Carlos Amorim. **O Moderno Direito do Trabalho: Flexibilização. Terceirização. Novas Tecnologias. Contratos Atípicos. Participação na Empresa.** São Paulo: LTr, 1994. p. 139.

⁶² DELGADO, Mauricio Godinho. **Capitalismo Trabalho e Emprego: Entre o Paradigma da Destruição e os caminhos de Reconstrução.** São Paulo: LTr, 2006. p. 37.

⁶³ ROBORTELLA, Luis Carlos Amorim. **O Moderno Direito do Trabalho: Flexibilização. Terceirização. Novas Tecnologias. Contratos Atípicos. Participação na Empresa.** São Paulo: LTr, 1994. p. 142.

⁶⁴ Cite-se, por exemplo, o crescimento do setor turístico, gerado pela facilitação e barateamento do custo dos transportes.

futuramente, o índice de emprego poderá crescer devido à melhoria da produtividade e competitividade entre os mercados.

Em suma, é indubitável que a Terceira Revolução Tecnológica é um fator determinante para o atual estágio do modelo de desenvolvimento capitalista, bem como que, em certa medida, ela é um dos fatores que contribuem para as altas taxas de desemprego que atingem os países. Porém, não é possível evitar a inserção adoção destes novos mecanismos de produção como forma de combater este problema, na medida em que eles se tornam imprescindíveis para a própria sobrevivência de uma economia diante do mundo globalizado. De acordo com ROBORTELLA:

O desemprego que assola o mundo deriva de vários fatores associados, não se podendo ainda determinar o peso real das novas tecnologias nesse fenômeno. Admitindo-se que contribuam para a redução do nível de emprego, não é menos verdadeiro que se tornaram essenciais ao progresso econômico, assumindo um caráter irreversível, que não se modificará por considerações dessa natureza. A lógica econômica está presidindo a todas as mudanças do mercado de trabalho. É do interesse comum não ficar à margem da revolução tecnológica, que habilita a participar do grande mercado mundial e dos frutos do desenvolvimento. Ignorá-la seria condenar-se por antecipação, inexoravelmente, ao atraso, à pobreza e à marginalização internacional. O progresso social é fortemente condicionado pelo desenvolvimento econômico, e este, pela revolução tecnológica⁶⁵.

A par dos aspectos negativos anteriormente mencionados, também é preciso considerar que a tecnologia trouxe grandes benefícios para a humanidade, dentre eles o aumento da produtividade e, por decorrência, do acesso a mercadorias com preços mais baixos. Ainda, propiciou o aumento da qualidade de vida dos cidadãos, gerando o aumento da expectativa de vida e de novas demandas para a classe idosa da população.

Posições extremadas sobre o fim do trabalho e do emprego em virtude do impacto tecnológico, ou mesmo aquelas que buscam, a partir dele, ressaltar a necessidade de mudanças na regulamentação do trabalho, devem ser observadas com precaução. De acordo com GODINHO DELGADO, elas demonstram “que o argumento tecnológico tem sido, no fundo, artificialmente extremado nas últimas

⁶⁵ ROBORTELLA, Luis Carlos Amorim. *O Moderno Direito do Trabalho: Flexibilização. Terceirização. Novas Tecnologias. Contratos Atípicos. Participação na Empresa*. São Paulo: LTr, 1994. p. 140.

décadas, de modo a se tornar relevante meio político cultural de combate ao primado do trabalho e do emprego na sociedade capitalista”⁶⁶. Dessa forma, é certo que o Direito – em especial, o Direito do Trabalho - terá que se adaptar a esse novo processo tecnológico, mas sem perder de vista seu papel fundamental de dar garantias mínimas ao trabalhador.

3.2 – Reestruturação Empresarial

A gestão empresarial passa a sofrer, a partir da década de 70, profundas modificações em sua estruturação, pela conjugação de fatores como a entrada de produtos estrangeiros nos mercados nacionais, os quais, a preços baixos, tornam-se competitivos frente aos produzidos pelas indústrias nacionais; a ocorrência da terceira revolução tecnológica acima referida, a qual representou avanços nas áreas da comunicação, transporte, microeletrônica, robotização, etc; a crise do Estado Providencia que exigia respostas do mercado para evitar a ruína do modo de produção capitalista⁶⁷.

Nesse contexto, a partir da década de 80, surge no Japão uma nova teoria administrativa sobre o funcionamento da empresa e da própria entrega da força de trabalho, a qual se dissemina para os países ocidentais de modo a

⁶⁶ DELGADO, Mauricio Godinho. **Capitalismo, Trabalho e Emprego: Entre o Paradigma da Destruição e os Caminhos de Reconstrução**. São Paulo: LTr, 2006. p. 40.

⁶⁷ DELGADO, Mauricio Godinho. **Capitalismo, Trabalho e Emprego: Entre o Paradigma da Destruição e os Caminhos de Reconstrução**. São Paulo: LTr, 2006. p. 46.

substituir o antigo sistema organizacional do taylorismo⁶⁸/fordismo⁶⁹, os quais, até então, eram predominantemente adotados.

O novo modelo empresarial surgiu a partir das diretrizes adotadas na fábrica de veículos automotores da Toyota, razão pela qual foi denominado de toyotismo ou ohnismo⁷⁰. Ele foi criado quando da entrada das empresas orientais no mercado ocidental, sobretudo em países como a Inglaterra e os Estados Unidos da América. Dessa forma, desenvolveu-se para possibilitar que as mercadorias

⁶⁸ O taylorismo corresponde ao sistema de produção capitalista formulado pelo engenheiro mecânico *Frederick Winslow Taylor*, que tem origem a partir do último quarto do século XIX. Essa teoria econômico-administrativa correspondia a uma verdadeira ciência que se propunha, em linhas gerais, a potencializar a rentabilidade do obreiro e, ao mesmo tempo, os lucros do capital. *Taylor* observava que a divisão do trabalho deveria ser feita em dois níveis: gerentes – com responsabilidades intelectuais – e não-gerentes (operários) – com responsabilidades meramente manuais, ou seja, como meras extensões do maquinário. Segundo *HOLFMANN* “as noções de tarefa e gratificação são consideradas como os mais importantes elementos desta ciência, e o trabalho de cada operário deve ser planejado com antecedência e, se for realizado com observância ao limite temporal estabelecido e observada a ‘lei da fadiga’, o trabalho prestado é remunerado com um adicional, vale dizer, um acréscimo de ordenado. Sabendo a tarefa diária a ser cumprida, o operário pode apreciar durante o curso do tempo o seu próprio progresso e assim obterá grande satisfação pessoal”. O método de *Taylor* consistia em dividir as tarefas a serem desempenhadas pelos trabalhadores, de modo que elas fossem plenamente separadas do todo. Dessa forma, cada uma poderia ser estudada individualmente e, a partir das observações científicas, avaliadas para que alcançassem o maior grau de produtividade. O trabalhador se tornava, assim, totalmente controlado pelo tempo de execução de suas tarefas. Conclui o aludido autor: “dessa forma, passa-se a retirar desse operário o máximo de rendimento no menor tempo possível, e ele se torna não mais do que mera engrenagem no intrincado sistema de produção industrial dominado predominantemente pela máquina”. Alguns princípios regeram o método organizacional criado por *Taylor*: “a padronização dos produtos, dos processos e das necessidades; a especialização das competências e das funções; a sincronização dos horários; a centralização dos poderes e das informações; a concentração dos recursos, das atividades e das pessoas; a tendência ao gigantismo das corporações”. *HOLFFMANN*, Fernando. **O princípio da proteção ao trabalhador e a atualidade brasileira**. São Paulo: LTr, 2003. p.142-146.

⁶⁹ O sistema fordista foi implementado no segundo quarto do século XX e tinha como objetivo reorganizar e aperfeiçoar o sistema produtivo introduzido por *Taylor*. Passa-se a produzir um determinado produto padronizado em série, utilizando-se da esteira móvel, a qual dispunha peças permutáveis e facilmente conectivas, dispensando profissionais com maior grau de capacidade. Ao mesmo tempo, a introdução da esteira móvel retira do trabalhador a possibilidade de controle do ritmo de sua atividade, ficando subordinado, portanto, ao ritmo determinado pelo empregador. A remuneração com base na jornada de trabalho – de oito horas – e não mais pela tarefa, como no sistema taylorista, correspondem a importantes alterações implementadas. Isso permitia introduzir um novo padrão de consumo. De acordo com *HOLFMANN*, “são as principais características desse sistema de produção: a) o uso de maquinaria; b) a produção de um único produto standardizado; c) a existência de trabalhadores com habilidade de média e grande divisão do trabalho; d) a pequena qualificação; e) o mercado de consumo de massa”. Outra característica peculiar do sistema implementado por *Ford* corresponde à majoração dos salários com o intuito de que os trabalhadores pudessem consumir o produto que produziam. Muito embora a disseminação do modelo fordista tenha se apresentado próspero durante o terceiro quarto do século XX, ele passou a enfrentar grave crise “em função da redução da produtividade, da elevação da composição técnica do capital, da saturação do consumo de massa e da intensificação do trabalho improdutivo, fatores que acarretaram a significativa redução das taxas de lucro. E, para restabelecê-las, lançou-se o capital a promover uma maior racionalização de máquinas e equipamentos e a aumentar o controle sobre o trabalho,

orientais fossem competitivas no contexto global. Esse modelo foi tão eficiente em seus objetivos que acabou por se generalizar para a maioria das empresas do globo:

Sintetizados, em consequência, pelas expressões toyotismo e ohnismo, estes novos sistemas de gestão das empresas, inclusive de sua força de trabalho, evidentemente foram aprofundados e readequados, na própria ambientação do capitalismo ocidental, ao longo dos anos seguintes à década de 1970. Pode-se dizer, de certo modo, em decorrência de tais aprofundamentos e readequações, que toyotismo e ohnismo representam, hoje, fundamentalmente, um emblema, ou uma síntese do conjunto de transformações operadas na gestão das empresas e de sua força de trabalho ao longo das últimas três décadas do Ocidente⁷¹.

O toyotismo corresponde à reformulação do modo organizacional das indústrias, exigindo, ao contrário dos antigos modelos, “trabalhadores mais qualificados, participativos, multifuncionais e polivalentes”⁷². Ainda, conforme enumera HOLFFMAN, identificam-se como características deste modelo:

a) a noção de qualidade total passa a ser relacionada ao menor tempo de duração dos produtos, realçando a tendência expansionista do capital e revelando a lógica destrutiva do sistema de produção por intermédio da redução do ciclo de vida útil dos produtos; b) a introdução de novas técnicas de gestão da força de trabalho com base na informação e com o auxílio dos computadores (o que não havia nos sistemas taylorista e fordista), aplicadas pela desconcentração produtiva, da reengenharia, da eliminação de postos de trabalho, da concepção de células de produção, etc., e com a finalidade de intensificar as condições de exploração da força de trabalho, com a redução ou a eliminação do trabalho improdutivo; c) a modificação de vários aspectos do processo de produção por meio da desregulamentação, da fragmentação da classe trabalhadora, da precarização do emprego e do trabalho, da terceirização da força de trabalho e da ruptura do sindicalismo⁷³.

processo que se convencionou chamar de *Reestruturação Produtiva*”. HOLFMANN, Fernando. **O princípio da proteção ao trabalhador e a atualidade brasileira**. São Paulo: LTr, 2003. p. 146-151.

⁷⁰ A denominação *ohnismo* foi dada em homenagem ao importante papel exercido pelo engenheiro Taiichi Ohno, vice-presidente da Toyota à época da implementação deste sistema e que, em 1978 publicou a obra *O Espírito Toyota* descrevendo o processo de implementação dos novos métodos na empresa. DELGADO, Mauricio Godinho. **Capitalismo, Trabalho e Emprego: Entre o Paradigma da Destruição e os Caminhos de Reconstrução**. São Paulo: LTr, 2006. p. 47.

⁷¹ DELGADO, Mauricio Godinho. **Capitalismo, Trabalho e Emprego: Entre o Paradigma da Destruição e os Caminhos de Reconstrução**. São Paulo: LTr, 2006. p. 47.

⁷² HOLFFMANN, Fernando. **O princípio da proteção ao trabalhador e a atualidade brasileira**. São Paulo: LTr, 2003. p. 152.

⁷³ HOLFFMANN, Fernando. **O princípio da proteção ao trabalhador e a atualidade brasileira**. São Paulo: LTr, 2003. p. 152.

Dessa forma, prioriza-se um modelo de produção que se adapte às variações do mercado, limitando-se, pois, ao que requer a demanda num determinado período. Isso se torna possível na medida em que os níveis hierárquicos da empresa são reduzidos e os trabalhadores são chamados a participar de forma criativa do processo de produção. Portanto, ao mesmo tempo em que ocorre uma diminuição do número de empregados da empresa, eles passam a realizar um maior número de funções. A remuneração se vincula a critérios de compromisso e de produtividade, motivando esses “empregados multifuncionais” a produzirem cada vez mais e com melhor qualidade. A eficiência da empresa vincula-se a sua capacidade de rápida adaptação às demandas do mercado e não mais pelo fato de ser auto-suficiente. Isso quer dizer que ela passa a ocupar a exata dimensão de sua atividade principal, terceirizando suas atividades não essenciais (modelo da acumulação flexível). Por fim, os clientes a serem alcançados não mais se limitam às fronteiras do mercado nacional.

De acordo com Fernanda Maria F. Schmitz:

Nessa nova forma de organização de produção, há uma alteração na concepção de linha de montagem única, sendo criadas as células de produção, quebrando a lógica de verticalização preconizada por Ford. Isso não significando que a produção em massa não mais existe, apenas é modificada de acordo com o interesse do capital⁷⁴.

As principais diferenças entre o atual modelo organizacional toyotista e o antigo modelo fordista podem ser assim enumeradas⁷⁵: a) ao contrário do modo organizacional do sistema fordista, focado na produção em massa, a do modelo toyotista é mais heterogênea, buscando atender necessidades mais individualizadas dos consumidores; b) os empregados da empresa que adota o modelo toyotista são considerados multifuncionais, na medida em que devem conhecer e interferir em diversas áreas da produção. Já no sistema fordista, as atividades são parceladas e o empregado ocupa uma posição estática dentro da linha de produção; c) atualmente, adota-se o modelo just in time, quer dizer, uma linha de produção sem estoques,

⁷⁴ SCHMITZ, Fernanda Maria F. *O Direito do Trabalho em Construção*. Tese (mestrado) – UFPR, Curitiba. p. 140.

⁷⁵ HOLFFMANN, Fernando. *O princípio da proteção ao trabalhador e a atualidade brasileira*. São Paulo: LTr, 2003. p. 155.

como forma de potencializar o tempo de fabricação das mercadorias e, ao mesmo tempo, ser menos vulnerável às oscilações do mercado. Com ele, a empresa possui maiores condições de estabelecer os preços de seus produtos,⁷⁶ conforme a adoção de estratégias de lucros condizentes com o momento econômico vivenciado: “não havendo produtos em estoque, não há necessidade de estímulo ao consumo; portanto, a massa de consumidores pode ser reduzida que, mesmo assim, o lucro é garantido”⁷⁶; d) a empresa toyotista é responsável por apenas 25% da produção em seu interior, o que é possível por meio de sua estruturação horizontal com outras empresas que fazem parte deste complexo (“por meio de flexibilização, terceirização, subcontratação, Círculos de Controle de Qualidade, controle de qualidade total, kanban, just in time, kaizen, team work, eliminação do desperdício, ‘gerência participativa’, sindicalismo de empresa, dentre outros”⁷⁷). Em contrapartida, a empresa fordista era responsável por 75% da produção em seu interior; e) a empresa toyotista preza pela formação intelectual de seus trabalhadores, enquanto na empresa fordista, para a grande maioria dos trabalhadores, esta capacidade é desprezada.

A transição do paradigma taylorista/fordista para o paradigma organizacional toyotista gerou, além de uma nova estrutura organizacional das empresas e dos mercados consumidores, também – e principalmente - uma nova concepção sobre o trabalho. Com efeito, observa-se a crescente precarização das condições de trabalho e do aumento do desemprego, os quais são associados ao incremento tecnológico⁷⁸:

A implementação de novas modalidades de estruturação da produção e de gestão da mão-de-obra originou uma nova divisão internacional dos

⁷⁶ SCHMITZ, Maria Fernanda F. **O Direito do Trabalho em Construção**. Tese (mestrado) – UFPR, Curitiba. p. 143.

⁷⁷ HOLFFMANN, Fernando. **O princípio da proteção ao trabalhador e a atualidade brasileira**. São Paulo: LTr, 2003. p. 155.

⁷⁸ Como visto no item 2.1 do presente capítulo, o argumento tecnológico, como uma das razões do atual problema vivenciado pelo Trabalho e pelo emprego, deve ser observado com ressalvas. Com efeito, ele colabora para a redução e extinção dos postos de trabalho em certas áreas, as quais receberam um grande incremento tecnológico. Porém, é inegável a criação de outros postos de trabalho em setores antes inexistentes ou que tiveram o crescimento acentuado em virtude da própria tecnologia. Assim, a tecnologia deve ser analisada com as cautelas devidas, sob pena de se forjar um argumento busque justificar, a partir dela, a necessidade de mudanças desmedidas na legislação trabalhista.

mercados e do trabalho e, neste quadro de globalização do capital e do trabalho, os resultados mais evidentes dizem respeito ao último: aumento do nível de desemprego, precarização do emprego e aumento do exército de reserva, traços característicos do quadro crítico de perda da centralidade do trabalho sob a forma do vínculo de emprego. Cada vez mais o trabalhador deixa de ser imprescindível como mola propulsora da produção de bens de consumo e serviços e nesta é inserido como mais um de seus fatores materiais, um processo que acarreta a perda de identidade e de dignidade do trabalhador, que acaba considerando ser esmola o trabalho a ele dado⁷⁹.

As empresas ocidentais passaram a adotar esse sistema de produção para conseguir fazer frente à concorrência existente no mercado globalizado. A reestruturação produtiva foi, então, um dos mecanismos que, conjugados ao incremento tecnológico surgido à época, possibilitou a redução dos custos de mercadoria, dando maiores chances de competitividade frente ao mercado:

A aceitação desse sistema pelo empresariado ocidental deu-se a partir da concorrência como os produtos externos. Esse fato provocou uma busca desenfreada pela redução de custos, que passa pela eliminação do desperdício material, através de um aumento de qualidade, à automatização da linha de montagem, que substitui a mão-de-obra forma e, por fim, a terceirização de atividades⁸⁰.

Como visto, a nova organização empresarial é reflexo do fenômeno da globalização – por ser ela o meio que permitiu às empresas se tornarem competitivas frente ao mercado internacional -, ao mesmo tempo ela interioriza em seus princípios o argumento tão difundido pelo pensamento econômico do neoliberalismo, qual seja, a necessidade de mudanças na estrutura do trabalho e do emprego. Dessa forma, pode-se dizer que o novo modo de organização empresarial é mesmo um dos meios que possibilitam a operação das diretrizes apontadas pelo neoliberalismo, sendo, portanto, mais do que um reflexo mero deste pensamento econômico.

A partir dos estudos realizados sobre as implementações tecnológicas ocorridas, bem como do novo modelo organizacional adotado pelas empresas, torna-se possível avançar para a última parte deste estudo: a maneira como o direito

⁷⁹ HOLFFMANN, Fernando. *O princípio da proteção ao trabalhador e a atualidade brasileira*. São Paulo: LTr, 2003. p. 156.

⁸⁰ SCHMITZ, Maria Fernanda F. *O Direito do Trabalho em Construção*. Tese (mestrado) – UFPR, Curitiba. p. 140.

vem absorvendo essa série de mudanças em sua regulamentação – ou, desregulamentação do trabalho.

3.3 – Reflexos do pensamento neoliberal na regulamentação do emprego e do trabalho

Como visto no segundo capítulo, uma das medidas ditadas pela cartilha neoliberal é a retomada da noção de Estado mínimo, aos moldes do que se verificou a época do liberalismo, ou seja, a prevalência da autonomia da vontade sobre qualquer interferência da esfera pública. O principal argumento para justificar a necessidade de tais mudanças, no que diz respeito ao Direito do Trabalho, seria o da necessidade de modernizar esse ramo jurídico, uma vez que não mais acompanharia a dinâmica do mercado global.

É preciso considerar, no entanto, que, de um lado, é inegável a constatação de que fatores como a crise do petróleo, a globalização e a tecnologia moldam uma nova organização empresarial, bem como inovadoras formas de prestação de trabalho, porém, o discurso que tenta justificar essas modificações vai além da mera *adaptação* do Direito a esse processo, caminhando em direção à verdadeira *extinção* de diversas garantias fundamentais. Segundo MÁRCIO TÚLIO VIANA:

As mudanças no Direito refletem as transformações do capital. Os choques do petróleo, a globalização da economia, a retração do consumo e as artes do computador estão fazendo brotar um novo ideal de empresa, novos sistemas de trabalho e- por consequência – novas formas de espoliação. Tudo isso exigindo o respaldo de um outro modelo jurídico, impregnado por uma filosofia que parecia morta, de tão velha, mas que de repente ficou *moderna*.

Tal como há mais de cem anos, o discurso liberal exige que as pessoas assumam o controle de seus conflitos, o capital se sinta livre para voar e o Estado, por consequência, se afaste. Mas que não se afaste *por inteiro*, pois deve sempre estar à vista para subsidiar multinacionais, reprimir greves, salvar bancos, defender latifúndios, legislar por medidas provisórias...e anunciar súmulas vinculantes⁸¹.

⁸¹ VIANA, Márcio Túlio. **Novos Rumos para o Direito do Trabalho**. In: *O que há de novo em direito do Trabalho*. Coordenadores: Márcio Túlio Viana e Luiz Otávio Linhares Renault. São Paulo: LTr: 1997. p. 23-24.

Num primeiro momento, a tônica seria de flexibilização das leis trabalhistas, de acordo com a qual ocorreria “a retirada do intervencionismo estatal da regulação dos conflitos de interesse entre capital e trabalho e o reconhecimento de uma maior autonomia das entidades sindicais e dos próprios trabalhadores”⁸². A flexibilização é verificada pela lógica neoliberal como um primeiro passo para a total desregulamentação do mercado de trabalho e como solução para o combate à crise do emprego ocorrida em razão da Revolução Tecnológica e da Reestruturação Empresarial, já que ambas seriam as principais responsáveis pela alteração da clássica noção de entrega da força de trabalho. De acordo com DALLERAVE NETO, “a flexibilização das relações de trabalho envolvem mormente critérios de admissão, pagamento de salário, compensação de jornada e, ainda, alteração, suspensão e rescisão do contrato de trabalho”⁸³.

A flexibilização das normas trabalhistas seria necessária na medida em que a excessiva proteção que fundamentou a criação deste ramo jurídico representaria, para a atualidade, um verdadeiro entrave. Para a sobrevivência do Direito do Trabalho no mundo contemporâneo, seria necessário que ele se adaptasse ao sistema de produção flexível e à busca de redução de custos final da produção. De acordo com HOFFMANN:

A modernização apresentada sob o rótulo da flexibilização é justificada, antes de tudo, pela inevitabilidade do fenômeno da mundialização do capital e pela necessidade de se acompanhar o desenvolvimento econômico e social, relegando-se a um plano de menor importância a violação do patrimônio jurídico econômico do trabalhador, que outra alternativa não tem que não a de se adaptar à realidade do ‘mercado’ e dispor de sua força de trabalho conforme a lei de oferta e procura, pois dela – e tão somente dela – são extraídas as condições de sua sobrevivência⁸⁴.

Além da nova lógica laboral de funcionamento do mercado, bem como dos impactos causados pelo desenvolvimento tecnológico, outro argumento utilizado

⁸² HOLFFMANN, Fernando. *O princípio da proteção ao trabalhador e a atualidade brasileira*. São Paulo: LTr, 2003. p. 169.

⁸³ DALLERAVE NETO, José Afonso. *Direito do Trabalho Contemporâneo – Flexibilização e Efetividade*. São Paulo: LTr, 2003. p. 21.

⁸⁴ HOLFFMANN, Fernando. *O princípio da proteção ao trabalhador e a atualidade brasileira*. São Paulo: LTr, 2003. p. 171.

para justificar a necessidade de flexibilização das normas trabalhistas seria o relativo ao custo da mão-de-obra, ou o denominado “custo Brasil”. De acordo com esse discurso neoliberal, o alto custo do trabalho no país, tendo em vista a legislação eminentemente protetiva, representaria um entrave para o desenvolvimento das empresas nacionais, já que impediria que elas concorressem em condições de igualdade no mercado global. Assim, o custo do trabalho refletiria no alto preço das mercadorias, o que impediria que as empresas prosperassem e contratassem mais. Assim, a culpa da falta de competitividade das empresas nacionais e do crescente desemprego do país estaria no alto custo dos encargos trabalhistas.

A inverdade dos aludidos argumentos é demonstrada por DALLERAVE NETO, o qual afirma, em primeiro lugar, “que o desemprego não pode ser visto de forma simplista – menor custo do trabalho, menor desemprego – pois que isso representa um engodo, não elimina o problema e, por causa da precariedade das relações de trabalho, gera outro problema, o aumento do fosso entre ricos e pobres”⁸⁵. O autor também trata de desmistificar o argumento do alto custo da mão-de-obra no país:

Observamos que, efetivamente, o que encarece a mão-de-obra e aflige a classe empresarial não é a incidência de direitos trabalhistas mínimos (FGTS, férias, 13^o), mas os encargos sociais destinados ao Caixa do governo Federal, sobretudo o INSS e o Imposto de Renda. Somente essas duas verbas juntas chegam a encarecer 62% do custo da mão-de-obra, se computarmos as alíquotas máximas e cumulativas do empresário e do trabalhador⁸⁶.

Nesse mesmo sentido, corrobora ALDACY RACHID COUTINHO ao afirmar que “a forma pela qual os indicadores são apresentados é, assim, mera manipulação teórica para reduzir os direitos trabalhistas conquistados. O ‘custo Brasil’ é efetivamente de 55,71% dos salários mensais e traduz-se num dos mais baixos do planeta, além do que incide, em geral sobre uma aviltante remuneração”⁸⁷.

⁸⁵ DALLERAVE NETO, José Afonso. *Direito do Trabalho Contemporâneo – Flexibilização e Efetividade*. São Paulo: LTr, 2003. p. 21.

⁸⁶ DALLERAVE NETO, José Afonso. *Direito do Trabalho Contemporâneo – Flexibilização e Efetividade*. São Paulo: LTr, 2003. p. 27.

⁸⁷ COUTINHO, Aldacy Rachid. *Direito do Trabalho de emergência*. In: *Revista Trabalho & Processo*. São Paulo: Saraiva, dez/95. p. 112-113.

Outro argumento falho utilizado pela ideologia neoliberal diz respeito à rigidez das normas trabalhistas do país e a necessidade de se reformular totalmente a CLT, visto que as regras contidas nesse documento não dariam margem para a negociação entre empregadores e trabalhadores.

MÁRCIO TÚLIO VIANA, explica que a flexibilização das leis trabalhistas no país se deu antes mesmo da chamada “crise do Direito do Trabalho”, sendo iniciado a partir de 1967 com a criação do FGTS – o qual também visaria atender interesses do capital estrangeiro. É que esse sistema teria acabado com a estabilidade do contrato de trabalho e facilitado as dispensas. Segundo o jurista, no entanto, o efeito mais grave da implementação do fundo de garantia seria “ter transformado o empregador, mais do que nunca, *no detentor do contrato*”. A partir disso e ante a insegurança gerada para o trabalhador, o qual poderia perder seu emprego a qualquer instante, passou a se submeter a toda e qualquer determinação do capital. Conclui o referido teórico que “a flexibilização *legal* da despedida trouxe a flexibilização *selvagem* em tudo o mais, afetando as mais variadas cláusulas do contrato de trabalho”⁸⁸.

A falácia da rigidez das normas trabalhistas é tratada também por PRISCILA CAMPANA, a qual identifica uma série de dispositivos legais autorizadores da negociação coletiva, contrariando, portanto, o argumento neoliberal:

Se for feita uma análise acurada, será possível perceber que a legislação trabalhista, sobretudo após o advento da Constituição Federal de 1988, permite muitas formas de negociação entre patrões e empregados: a livre negociação, desenvolvida por meio dos sindicatos, por acordos e convenções coletivas (art. 7º, XXVI da CF/88); a arbitragem (art. 114, §1º da CF/88); a mediação, com a instituição das Comissões de Conciliação Prévia (Lei nº 9958/00); e a solução jurisdicional (art.114, §2º, da CF). A importância dada à livre negociação é tamanha, que a Instrução Normativa nº4, de 8 de junho de 1999, do Tribunal Superior do Trabalho, só permite o processamento do dissídio coletivo nos Tribunais do Trabalho quando ‘frustrada, total ou parcialmente, a composição dos interesses coletivos’. Outro exemplo: há admissão de redução salarial prevista no artigo 503 da CLT, no caso de ‘força maior ou prejuízos devidamente comprovados’. O texto constitucional, no art. 7, VI, assegura o princípio da irredutibilidade

⁸⁸ VIANA, Márcio Túlio. **Novos Rumos para o Direito do Trabalho**. In: *O que há de novo em direito do Trabalho*. Coordenadores: Márcio Túlio Viana e Luiz Otávio Linhares Renault. São Paulo: LTr: 1997. p. 24.

salarial, com ressalva para o caso que houver convenção ou acordo coletivo⁸⁹.

Nesse mesmo sentido, afirma DALLERAVE NETO que a legislação trabalhista brasileira é uma das mais flexíveis do mundo e acata propostas eminentemente favorecedoras do patronato, na medida em que: a estabilidade absoluta do emprego foi suprimida; há o direito potestativo absoluto do empregador de despedir sem justa causa o empregado; permite-se as suspensões do contrato de trabalho com incentivo tributário à empresa; há diversas modalidades de contratação disponíveis ao empregador (por duração limitada, sem aviso prévio e multa do FGTS), por meio de relações civis: cooperativas, estágios, representantes comerciais e trabalho voluntário); alterações contratuais sem ônus (reversão de cargo de confiança, trabalho em tempo parcial, redução de salário mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho); flexibilização da jornada de forma unilateral pelo empregador, por meio do banco de horas). Para o autor, tais exemplos parecem suficientes para concluir que “a suposta rigidez da legislação trabalhista é apenas retórica, resultado de um discurso mitificado, usado repetidamente pela mídia, o que o fez ser admitido como verdadeiro por muitos”⁹⁰.

Diante do exposto, parece claro que os argumentos utilizados pela ideologia neoliberal para justificar a necessidade de flexibilização das normas trabalhistas não correspondem à verdade da situação brasileira, sendo facilmente refutados, na medida em que já existe espaço para uma negociação livre e ampla entre as partes contratuais, desde que sejam garantidos patamares mínimos de proteção ao trabalhador. Desse modo, é evidente que o que se pretende com os fenômenos da flexibilização e desregulamentação das normas trabalhistas é se retirar qualquer garantia mínima de proteção dada aos trabalhadores. Nesse sentido, é a posição de JOÃO BATISTA BRITO PEREIRA: “a idéia de permitir que os acordos e as convenções coletivas de trabalho suplantem as disposições legais ordinárias não se justifica com a promessa de que não podem reduzir condições existentes, visto que, para conceder além da garantia legal, dispensa-se a lei pela

⁸⁹ CAMPANA, Priscila Campana. *Direito Trabalhista a Contrapelo: desconstruindo discursos e práticas de poder*. 2004. Tese (doutorado) – UFPR, Curitiba. p. 104.

⁹⁰ DALLERAVE NETO, José Afonso. *Direito do Trabalho Contemporâneo – Flexibilização e Efetividade*. São Paulo: LTr, 2003. p. 22.

singela razão de que nunca foi vedado conceder benefício superior ao concedido em lei”⁹¹.

Há de se ressaltar, ainda, que não há no Brasil condições favoráveis à plena autonomia negocial entre capital e trabalho, sem interferência estatal, como quer o fenômeno da desregulamentação das normas trabalhistas. É certo que, na teoria, não haveria melhores agentes do que as próprias partes contratuais para estabelecer as melhores condições de pactuação da relação de trabalho, já que, nas palavras de MÁRCIO TÚLIO VIANA, “tudo o que é ajustado tende a ser melhor cumprido”⁹². Ocorre, no entanto, que diversos fatores contribuem para que, na prática, essa suposta *livre negociação* não traga benefícios aos trabalhadores, mas, ao contrário, suplante o mínimo de garantias fixadas pela lei. Dentre esses fatores estão, principalmente, a baixa escolaridade da população e a ausência de representatividade dos sindicatos. Sobre esse último aspecto, alerta JOÃO BATISTA BRITO PEREIRA:

É preciso, antes de se atribuir prevalência do negociado sobre o legislado, reformular a cultura sindicalista brasileira, fomentando a criação de sindicatos fortes, que crescem por suas lideranças, projetos e serviços prestados aos seus filiados, que, tal como os partidos políticos, sejam verdadeiras agremiações voltadas para o contingente dos seus filiados, com mecanismos de estímulo à filiação (estímulos trabalhistas), e que sobrevivam de suas arrecadações exclusivas dessas filiações e honorários assistenciais, isto é, de fontes próprias⁹³.

Por todo o exposto, torna-se claro que o processo de flexibilização das leis, intensificado no país a partir da década de noventa, não se trata de uma novidade para o Direito do Trabalho, na medida em que sempre se admitiu a negociação que não infrinja garantias mínimas conquistadas ao longo da história laboral do país. Não se nega a necessidade de reformulações e adaptações na disciplina jurídica, já que ela deve se coadunar com os impactos decorrentes da globalização, reestruturação econômica e revolução tecnológica observados,

⁹¹ PEREIRA, João Batista Brito. *Notas sobre a flexibilização do Direito do Trabalho*. In: *Revista do TST*, vol. 68, n. 2. abr/jun 2002. p. 42.

⁹² VIANA, Márcio Túlio. *Novos Rumos para o Direito do Trabalho*. In: *O que há de novo em direito do Trabalho*. Coordenadores: Márcio Túlio Viana e Luiz Otávio Linhares Renault. São Paulo: LTr: 1997. p. 25.

⁹³ PEREIRA, João Batista Brito. *Notas sobre a flexibilização do Direito do Trabalho*. In: *Revista do TST*, vol. 68, n. 2. abr/jun 2002. p. 43.

sobretudo, a partir do último quartel do século XX, mas sem que ocorra tão somente em benefício da atividade econômica e em prejuízo dos trabalhadores. Por fim, é necessário ressaltar que, em tese, a prevalência do negociado sobre o legislado traria maior efetividade para o cumprimento da legislação, porém, o caso brasileiro, ao exemplo do que se verificou em outros países⁹⁴, demonstra que não foram superadas as razões que levaram à criação do Direito do Trabalho: ou seja, os trabalhadores permanecem hipossuficientes em relação ao capital, sobretudo, pelo crescimento constante do desemprego e do mercado informal, bem como da ausência de representatividade dos sindicatos e baixa escolaridade da população. Os argumentos utilizados pelo discurso neoliberal são meramente retóricos, já que facilmente combatidos, como se demonstrou na presente seção. É preciso, pois, observar com cautela as modificações implementadas e sugeridas, na medida em que todas as que infringirem as garantias mínimas do trabalhador, ou seja, se apresentarem como verdadeira *reformatio in pejus*, devem ser reputadas inconstitucionais. A flexibilização das leis trabalhistas não pode ser considerada um fim em si mesma, mas um instrumento para a melhoria das condições de entrega da força de trabalho. Destarte, deve-se ter em mente que o Direito – e, principalmente, o Direito do Trabalho – não existe para atender às expectativas de um mercado selvagem, mas para servir, em primeiro lugar, ao trabalhador.

⁹⁴ A respeito do processo de flexibilização ocorrido em outros países, afirma Hoffmann: “o abismo e a exclusão sociais que se revelam na realidade brasileira demonstram que a flexibilização não contribui para o combate do desemprego na forma preconizada pelos seus mais ferrenhos defensores e isto é patente também naqueles países que adotaram aquele discurso como forma de aumentar os níveis de emprego, notadamente a Espanha e a Argentina, para mencionar apenas aqueles mais citados pela doutrina”. HOLFFMANN, Fernando. **O princípio da proteção ao trabalhador e a atualidade brasileira**. São Paulo: LTr, 2003. p. 174.

CONCLUSÃO

Do presente estudo infere-se que:

a) o Direito do Trabalho não é voltado exclusivamente ao interesse do trabalhador; ao contrário, é disciplina jurídica ambivalente também utilizada para controlar as crises enfrentadas pelo modo de produção capitalista;

b) não há superação dos discursos de poder existentes no Direito do Trabalho. Observa-se que certos mitos que permeiam essa disciplina, tal como os da proteção e doação das leis trabalhistas são ainda utilizados pelo discurso atual do neoliberalismo para justificar a suposta necessidade de modificações (prejudiciais) na legislação;

c) o discurso neoliberal teve a sua implementação favorecida por diversos pressupostos e requisitos, ressaltando-se em relação a países como o Brasil, a adoção de medidas impostas por organismos internacionais em troca de financiamentos. Tais medidas, contudo, não favoreceram o desenvolvimento desses países que, ao contrário, tornaram-se cada vez mais dependentes de tais credores;

d) o principal raciocínio proclamado pelo discurso neoliberal pode ser assim declarado: necessidade de barateamento de custos para fazer frente à competição imposta pelo mercado global; reorganização empresarial para fazer frente às novas tecnologias e também para a redução de mão de obra custosa; flexibilização e desregulamentação de direitos trabalhistas devido ao alto custo da mão de obra brasileira e da legislação ultrapassada.

e) os argumentos acima expostos são falhos porque, se é verdade que o mercado global é mais competitivo, exigindo a adoção da *adaptação* do mercado interno para fazer frente ao mercado global, não se justifica a análise meramente negativa e “catastrófica” dos reflexos decorrentes do impacto da globalização e da tecnologia. Em relação à revolução tecnológica, por exemplo, ao mesmo tempo em que postos de trabalho se extinguem, outros são criados em decorrência da criação de novas áreas de interesse humano.

f) em relação à reestruturação empresarial, fica nítida a adoção de medidas pelas empresas não apenas com o intuito de se tornarem mais competitivas frente ao mercado global, mas de criarem cada vez mais mecanismos para reduzir a contratação direta de empregados e, com isso não se responsabilizar pelos direitos trabalhistas;

g) que a flexibilização e a desregulamentação de direitos trabalhistas não pode ser um fim em si mesma. Se é verdade, por um lado, que a nova estruturação do mercado exige adaptações pelo Direito, essas não podem ser feitas com o intuito exclusivo de burlar as normas historicamente conquistadas pelos trabalhadores. O que se percebe é que o discurso neoliberal, utilizando-se do argumento da globalização, da revolução tecnológica e da reestruturação empresarial, busca simplesmente retirar direitos dos trabalhadores.

h) que os principais argumentos do discurso neoliberal, quais sejam, de que a legislação brasileira é excessivamente protetiva, custosa e arcaica, não são verdadeiros. Como se demonstrou, o custo Brasil é um dos mais baixos do mundo; muitos “direitos trabalhistas” atendem a interesses exclusivos do capital e do Estado; e nunca se impediu que a negociação das normas para o benefício dos trabalhadores.

i) por todo o exposto, ficou claro que tais fenômenos de “ajuste” impostos ao Direito visam a atender interesses outros que não apenas os relativos aos destinatários das normas. Por mais que seja necessário atribuir ao fenômeno jurídico relação de interdisciplinaridade com todos os aspectos da vida humana, há de se impor limites a esse mecanismo. Em relação ao Direito do Trabalho, não se pode admitir a retirada das bases históricas de sua construção – qual seja, tentar equilibrar a relação de hipossuficiência do trabalhador em relação ao empregador – apenas para possibilitar a existência de um mercado competitivo que busca, de qualquer forma, a redução de custos para potencializar a lucratividade;

j) as barreiras impostas para impedir essa lógica agressiva de funcionamento do sistema deverão ser dadas pelos operadores jurídicos que, ao invés de absorver acriticamente os argumentos acima expostos deverão, em primeiro lugar, refletir acerca de sua real necessidade;

Percebe-se, no entanto, que tais reflexões não têm sido devidamente realizadas no contexto brasileiro, na medida em que as mudanças têm sido realizadas como um fim em si mesmas, num ambiente de discussões impregnadas por justificativas comprovadamente falsas, o que leva, infelizmente, ao prejuízo da classe trabalhadora.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

-
- _____. ***Novo dicionário Aurélio básico da Língua Portuguesa***. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995.
- BARROS, Alice Monteiro de. ***Curso de Direito do Trabalho***. São Paulo: LTr, 2006.
- CAMPANA, Priscila Campana. ***Direito Trabalhista a Contrapelo: desconstruindo discursos e práticas de poder***. 2004. Tese (doutorado) – UFPR, Curitiba.
- COUTINHO, Aldacy Rachid. ***Direito do Trabalho de emergência***. In: *Revista Trabalho & Processo*. São Paulo: Saraiva, dez/95.
- COUTINHO, Aldacy Rachid. ***O princípio da proteção revisitado***. Revista BONIJURIS.
- CREPALDI, Joaquim Donizeti. ***O Princípio e a Flexibilização das Normas do Direito do Trabalho***. São Paulo: LTr, 2004.
-
- _____. ***Direito do Trabalho – Evolução, Crise, Perspectivas***. Coordenadores: José Roberto Freire Pimenta; Luiz Otávio Linhares Renault; Márcio Túlio Viana; Mauricio Godinho Delgado; Cristina Pessoa Pereira Borja. São Paulo: LTr, 2004.
- ..
- DALLEGRAVE NETO, José Afonso. ***Direito do Trabalho Contemporâneo – Flexibilização e Efetividade***. São Paulo: LTr, 2003.
- DELGADO, Mauricio Godinho. ***Capitalismo, Trabalho e Emprego: Entre o Paradigma da Destruição e os Caminhos de Reconstrução***. São Paulo: LTr, 2006.
- DORNELES, Leandro do Amaral D. de. ***A transformação do Direito do Trabalho: da lógica da Preservação à Lógica da Flexibilidade***. São Paulo: LTr, 2002.
- HOLFFMANN, Fernando. ***O princípio da proteção ao trabalhador e a atualidade brasileira***. São Paulo: LTr, 2003.
- MAGNO BUENO, Octavio. ***O Direito do Trabalho e as tendências neoliberais***. In: *Revista do Direito do Trabalho* número 78, 1992.
- MELLO, Marco Aurélio Mendes de Faria. ***Constituinte – Reivindicação Básica dos Trabalhadores***. In: *Revista de Direito do Trabalho*. n. 65. São Paulo: LTr, 1987.

- MENEZES, Mauro de Azevedo. ***Constituição e Reforma Trabalhista no Brasil – Interpretação na Perspectiva dos Direitos Fundamentais***. São Paulo: LTr, 2004.
- MORAES FILHO, Evaristo de. ***A filosofia social da legislação do trabalho brasileira***. In: Revista do Direito do Trabalho n. 64. nov/ dez. 86.
- NASSIF, Elaine Noronha. ***Fundamentos da Flexibilização – Uma Análise de Paradigmas e Paradoxos do Direito e do Processo do Trabalho***. São Paulo: LTr, 2001.
- PARANHOS, Adalberto. ***O roubo da fala: as origens da ideologia do trabalhismo no Brasil***. São Paulo: Boitempo, 1999.
- PEREIRA, João Batista Brito. ***Notas sobre a flexibilização do Direito do Trabalho***. In: Revista do TST, vol. 68, n. 2. abr/jun 2002.
- ROBORTELLA, Luis Carlos Amorim. ***O Moderno Direito do Trabalho: Flexibilização. Terceirização. Novas Tecnologias. Contratos Atípicos. Participação na Empresa***. São Paulo: LTr, 1994.
- SCHMITZ, Fernanda Maria Francischini. ***O Direito do Trabalho em Construção***. Tese (mestrado) – UFPR, 2003.
- SILVA, Antônio Álvares da. ***Flexibilização das Relações de Trabalho***. São Paulo: LTr, 2002.
- SILVA, Reinaldo Pereira e. ***Neoliberalismo e Flexibilização***. I texto apresentado no III encontro de Direito Alternativo do Trabalho I Florianópolis, 01 a 04 de maio de 1997.
- THERBORN, Goran. ***A crise e o futuro do Capitalismo***, in SADER, Emir e Gentili, Pablo, ***Pós-Neoliberalismo – as políticas sociais e o Estado democrático***. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
- VIANA, Márcio Túlio. ***Novos Rumos para o Direito do Trabalho***. In: *O que há de novo em direito do Trabalho*. Coordenadores: Márcio Túlio Viana e Luiz Otávio Linhares Renault. São Paulo: LTr: 1997.